

CONCURSEIRO

FORA DA CAIXA

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS
MICRO, MACRO E FINANÇAS PÚBLICAS

HENRIQUE DE LARA MORAIS
www.concursseiroforadacaixa.com.br

Sumário

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
Macroeconomia.....	4
Microeconomia	4
Finanças Públicas	4
MACROECONOMIA	5
Contas Nacionais – Agregados Macroeconômicos.....	5
Produto (P).....	6
Produto Interno x Produto Nacional.....	7
Produto Líquido x Produto Bruto	7
Produto a Custo de Fatores x Produto a Preço de Mercado	7
Cálculo do Produto.....	7
Carga Tributária.....	8
Produto Real x Produto Nominal.....	8
Identidades Macroeconômicas Fundamentais	8
Balanço de Pagamentos	8
Estrutura Sintética do Balanço de Pagamentos.....	9
Estrutura Analítica do Balanço de Pagamentos	9
Clássicos x Keynes	11
Modelo Keynesiano	12
Modelo Keynesiano Simplificado	12
Modelo Keynesiano Generalizado (IS-LM)	13
Teoria Monetária	17
Conceito.....	17
Funções da Moeda.....	17
Demanda de Moeda.....	17
Oferta de Moeda (Meios de pagamento)	17
Bancos e o Processo de Expansão da Moeda.....	18
Equilíbrio Monetário	19
Política Monetária.....	19
Contas do Sistema Monetário.....	20
Taxa de Câmbio e Regimes Cambiais.....	21
Taxa de Câmbio	21
Regimes Cambiais.....	21
MICROECONOMIA	23
Estrutura da Microeconomia	23
Conceitos Básicos.....	23
Curva de Possibilidade de Produção - CPP	23
Custo de Oportunidade / Alternativo / Implícito	23
Oferta e Demanda.....	24

Teoria Elementar da Oferta	24
Teoria Elementar da Demanda	24
Equilíbrio de Mercado	24
Elasticidade	25
Elasticidade Preço da Demanda (Epd)	25
Elasticidade Renda da Demanda	25
Teoria do Consumidor	26
Noções Gerais	26
Cesta de Consumo e Restrição Orçamentária	26
Preferência dos Consumidores	27
Escolha Ótima do Consumidor	29
Teoria da Produção	29
Fatores de Produção	29
Produção	30
A Produção no Curto Prazo	30
A Produção no Longo Prazo	31
Rendimentos de Escala	33
Estruturas de Mercado	33
A Maximização dos Lucros	33
Classificações das Estruturas	33
Concorrência Perfeita	34
Concorrência Monopolística	34
Monopólio	35
Oligopólio	36
Eficiência Econômica	36
Eficiência de Pareto	36
FINANÇAS PÚBLICAS	39
Fluxo Circular da Renda Expandido	39
Funções do Governo na Economia	39
Função alocativa - Falhas de Mercado	39
Externalidades	40
Bens Públicos	40
Informações Assimétricas (entre as partes)	41
Outras Falha de Mercado (menos cobradas em provas)	41
Função Distributiva - Tributação	42
Princípios da Tributação	42
Tipos de Tributos	42
Tributação Ótima de Mercadorias	43
A Curva de Laffer	45
Função Estabilizadora ou Anticíclica	46
Déficit e Dívida Pública	46

Conceitos	46
Necessidade de Financiamento do Setor Público Não Financeiro (NFSP)	47
Hipóteses teóricas do crescimento das despesas públicas	48
Extra – Exercícios (TEC).....	48

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Economia (Micro e Macro) e Finanças Públicas, como já sabemos, é “uma” matéria gigantesca, e de certa forma complexa. Será que vale a pena “perder” tempo estudando minuciosamente cada tópico do edital? Bom, eu acredito que não! Assim, os tópicos abrangidos aqui estão pautados na ideia do Princípio de Pareto (80/20):

O 80/20 (princípio de Pareto) diz que, em linhas gerais, para muitos eventos, aproximadamente 80% dos efeitos vêm de 20% das causas. Traduzindo para nosso mundo, isso significa que **80% (ou algo próximo disso) do que é cobrado na prova está contido em algo em torno de 20% de todo o conteúdo (nesse caso, Economia e Finanças Públicas).**

Dividirei a análise nos três grandes blocos que compõem este resumo. Use-a como um guia, principalmente pós-edital (quando o tempo é escasso e a eficiência deve ser a maior possível). **Não basta nos matarmos de estudar, temos que fazê-lo com inteligência!**

Ressalto que a essência do resumo está nos tópicos abaixo, mas posso ter deixado, propositalmente, um ou outro de fora por considerar que não valia a pena colocá-lo. Assim como posso ter inserido um ou outro que não consta nela, mas que é de fácil entendimento e tem alguma chance de cair.

Critério utilizados para a análise:

- 🌈 Período de análise: últimos 10 anos (2010 a 2019).
- 🌈 Bancas: FGV, FCC, Esaf, Cespe e Cesgranrio.
- 🌈 Escolaridade: ensino superior.
- 🌈 Formação: busquei a máxima eficiência concatenando provas específicas para economistas e não-economistas.

MACROECONOMIA

Para a parte de Macroeconomia, os seguintes tópicos são **responsáveis por mais de 85% das questões**:

- | | |
|--|--|
| 1) Política fiscal | 8) Regimes cambiais |
| 2) Balanço de pagamentos | 9) Inflação |
| 3) Conceitos e identidades macroeconômicos | 10) Modelo de Oferta e Demanda agregada |
| 4) Economia Aberta | 11) Curvas de Phillips |
| 5) Contas do Sistema Monetário | 12) Modelo de Solow |
| 6) Economia Clássica | 13) Produto nominal X produto real (deflator do PIB) |
| 7) Política monetária | 14) Oferta de moeda e agregados monetários |

Obs: a lista está em ordem de importância.

MICROECONOMIA

Já entre os tópicos de Microeconomia, são responsáveis por **mais de 80% da cobrança** em provas:

- | | |
|---|-------------------------------------|
| 1) Monopólio | 8) Bens Públicos* |
| 2) Produção | 9) Elasticidade preço da demanda |
| 3) Demanda e oferta | 10) Incidência Tributária* |
| 4) Externalidades* | 11) Informações assimétricas* |
| 5) Concorrência perfeita | 12) Elasticidade renda da demanda |
| 6) Custos | 13) Oligopólio |
| 7) Preferências e curvas de indiferença | 14) Eficiência (ou ótimo) de Pareto |

Obs: a lista está em ordem de importância. Os tópicos assinalados com **asterisco estão no resumo de Finanças Públicas**.

FINANÇAS PÚBLICAS

E, finalmente, quando o assunto é Finanças Públicas, **mais de 85% das questões abordam os temas**:

- 1) Dívida Pública, NFSP e Tipos de Déficit público no Brasil
- 2) Bem-estar e funções do governo
- 3) Tributação (princípios, tipos de tributos e Curva de Laffer)

MACROECONOMIA

CONTAS NACIONAIS – AGREGADOS MACROECONÔMICOS

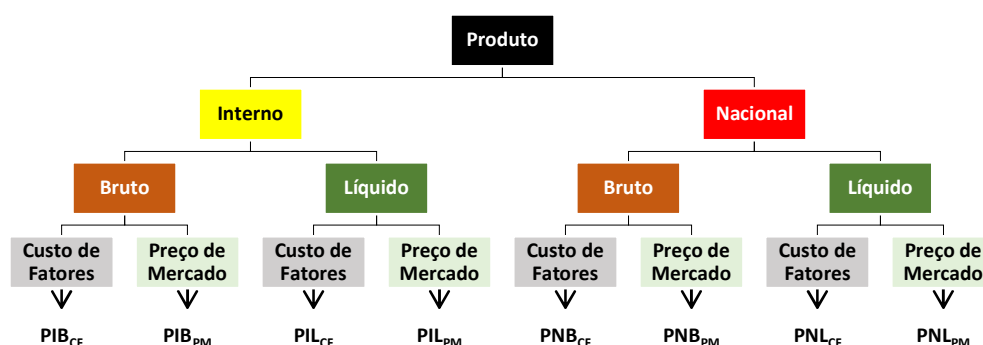
RENDA (Y): somatório das remunerações dos Fatores de Produção pagas durante certo período. Pelo fluxo circular da riqueza, temos que <u>SEMPRE</u> , o Produto = Renda .	Fórmula	$Y = l + a + w + j$
	Observação	Fatores de produção: <ul style="list-style-type: none"> Capital (máquinas / equip.): a remuneração do capital é o JURO (j) Mão de obra: a remuneração é o SALÁRIO (w) Recursos naturais (terra): remunerada pelo ALUGUEL (a) Capacidade empresarial: remuneração é o LUCRO (l) <i>Tecnologia: remuneração por ROYALTIES</i>
CONSUMO FINAL (C_{FINAL}): valor dos bens e serviços absorvidos pelos indivíduos (famílias e governo).	Fórmula	$C_{FINAL} = C + G$
	Observação	C: é o consumo das FAMÍLIAS . G: valor de bens e serviços adquiridos pelo GOVERNO . <u>Gastos do governo (G)</u> levam em conta SOMENTE os gastos / despesas CORRENTES = gastos com ADMD + AUT. <u>Investimentos e salários dos servidores</u> NÃO são “G”, mas SIM investimento (I). Aposentadorias, pensões e despesas no “estilo Assistência Social” (salário-família, bolsa-família, FIES, etc.) são transf e NÃO gastos do governo (G)
DESPESA / DEMANDA (DA): total dos <u>gastos efetuados</u> pelos <u>agentes</u> na AQUISIÇÃO dos “ bens e serviços FINAIS produzidos pela sociedade durante determinado período de tempo (P)”.	Fórmula	$DA = C + I + G + (X - M)$
	Observação	X: exportações M: importações
ABSORÇÃO INTERNA (AI): “valor dos bens e serviços que a sociedade absorve em um período de tempo , p/ consumo (C + G) <u>ou</u> aumento do estoque de capital (I).	Fórmula	$AI = C + I + G$
	Observação	Numa economia FECHADA , ou seja, <i>sem resto do mundo (sem X e M)</i> , AI = DA , já no caso de uma economia ABERTA , o excesso da renda (Y) sobre a AI coincide com o saldo das exportações líquidas (X – M).
INVESTIMENTO (I): acréscimo do estoque FÍSICO de capital . Como capital é o conjunto de bens de que dispõem as empresas para PRODUZIR , nós temos que o termo “investir”, significa, obrigatoriamente, comprar...ou produzir bens que aumentarão a PRODUÇÃO .	Fórmula	$I = FBKF + \Delta E$ (<i>Investimento bruto</i>) $I_{LÍQ} = I - \text{depreciação}$
	Observação	FBKF: Formação Bruta de Capital FIXO - é a compra de bens de capital (BK), como máquinas e equipamentos Atenção! A compra de BK usado ou o investimento no mercado financeiro , NÃO são investimentos, pois não aumentam a produção. Se um produto foi produzido em X1, ele aumentará o PIB de X1. ΔE: variação de estoques $\Delta E = E_{FINAL} - E_{INICIAL}$

	Fórmula	<div>$S = Y - C_{FINAL}$<table><tr><td>$S_{BRUTA} = S_{INT} = S_P + S_G$</td><td>$S = S_P + S_G + S_{EXT}$</td></tr><tr><td>$S_{LÍQ} = S_{BRUTA} - dep$</td><td>$S = S_{INT} + S_{EXT}$</td></tr></table></div>	$S_{BRUTA} = S_{INT} = S_P + S_G$	$S = S_P + S_G + S_{EXT}$	$S_{LÍQ} = S_{BRUTA} - dep$	$S = S_{INT} + S_{EXT}$
	$S_{BRUTA} = S_{INT} = S_P + S_G$	$S = S_P + S_G + S_{EXT}$				
$S_{LÍQ} = S_{BRUTA} - dep$	$S = S_{INT} + S_{EXT}$					
POUPANÇA (S): é a parte da renda que não foi consumida	Observação	<div><div>S_P poupança do <u>setor privado</u>, isto é, a renda das famílias menos o que elas gastam com CONSUMO e IMPOSTOS.</div><div>S_G poupança do <u>governo</u> = Saldo do Governo em Conta Corrente</div><div>$\Rightarrow S_G = II + ID + ORG - transf - sub - G$</div><div>(+) Impostos diretos (ID): <i>sobre renda + propriedade + contrib. para fiscais</i></div><div>(+) Impostos indiretos (II): <i>sobre bens ou serviços</i></div><div>(+) Outras Receitas do Gov. (ORG): receitas <i>originárias</i> (ex: aluguéis)</div><div>(-) transf: pagamentos <u>SEM</u> contrapartida. Inclui JUROS da dívida INTERNA</div><div>(-) sub: <u>possuem</u> contrapartida. Gov. “banca” parte um produto p/ viabilizá-lo</div><div>(=) Renda Líquida do Governo (RLG) = $II + ID + ORG - transf - sub$</div><div>Existe poupança com déficit orçamentário? SIM. Quando os investimentos (I) superam os gastos do governo (G). Traduzindo para a vida real, é como se eu tivesse \$100 na poupança, mas adquiro um carro (investimento), cujo custo é de \$150.</div><div>$S_{EXT}$ é a poupança <u>externa</u>. Deriva das transações do país com o exterior.</div><div>$\Rightarrow S_{EXT} = (M - X) + RLEE \pm TU$</div><div>$S_{EXT}$ (positiva), quando BRA deficitário e resto do mundo superavitário (BRA se endivida com resto do mundo [RM]). São sinônimos de S_{EXT} positiva:</div><div><div><div>Transf. de capital enviadas RM</div><div>Déficit no balanço em transações correntes</div></div><div><div>Passivo Ext. Líquido</div><div>Saldo negativo em conta corrente no BP</div></div></div><div>S_{EXT} (negativa), quando BRA superavitário e resto do mundo deficitário (BR financia resto do mundo)</div><div>Transações (basta pensar no fluxo do dinheiro, para onde ele vai):</div><div><div>▪ Importações (M): há envio de dinheiro para fora = $\uparrow S_{EXT}$</div><div>▪ Exportações (X): resto do mundo envia dinheiro para BRA = $\downarrow S_{EXT}$</div><div>▪ Rendas Enviadas ao Exterior (REE): $\uparrow S_{EXT}$</div><div>▪ Rendas Recebidas do Exterior (RRE): $\downarrow S_{EXT}$</div><div>▪ Transf. Unilaterais (TU): doações <u>feitas</u> ($\uparrow S_{EXT}$) e <u>recebidas</u> ($\downarrow S_{EXT}$).</div></div></div>				

POUPANÇA (S): é a parte da renda que não foi consumida

PRODUTO (P)

Valor de MERCADO (Quant. produzida x preço)	TODOS os bens e serviços FINAIS	Produzidos em um PAÍS (região, estado, etc.)	Durante um PERÍODO DE TEMPO (fluxo)
--	---------------------------------	---	-------------------------------------



PRODUTO INTERNO X PRODUTO NACIONAL

PRODUTO INTERNO	PRODUTO NACIONAL
Tudo que é produzido DENTRO (espaço geográfico) de um país, independentemente por quem.	Tudo que é produzido por nacionais (= RESIDENTES) , independente se estão dentro <u>ou</u> fora do País.
<ul style="list-style-type: none"> • Contabiliza RLEE – Renda Líquida Enviada ao Exterior • NÃO contabiliza RLRE – Renda Líquida Recebida do Exterior 	<ul style="list-style-type: none"> • Contabiliza RLRE – Renda Líquida Enviada ao Exterior • NÃO contabiliza RLEE – Renda Líquida Recebida do Exterior

$$P_{\text{NACIONAL}} = P_{\text{INTERNO}} - R_{\text{LEE}}$$

Atenção!

→ Bens e serviços finais produzidos **NO** país = PIB

→ Bens e serviços finais produzidos **PELO** país = PNB

PRODUTO LÍQUIDO X PRODUTO BRUTO

A única diferença é a contabilização, ou não, da depreciação. Assim:

$$P_{\text{LÍQUIDO}} = P_{\text{BRUTO}} - \text{dep}$$

PRODUTO A CUSTO DE FATORES X PRODUTO A PREÇO DE MERCADO

PRODUTO A CUSTO DE FATORES (P_{CF})	PRODUTO A PREÇO DE MERCADO (P_{PM})
É aquele que considera apenas os custos dos Fatores de Produção , sem levar em conta os impostos e subsídios.	Considera o valor “na prateleira”. Quando a questão menciona genericamente PIB , está se falando do PIB_{PM} . <u>OBS: BR usa PIB_{PM}</u>

$$P_{PM} = P_{CF} + II - \text{sub}$$

CÁLCULO DO PRODUTO

ÓTICA DO PRODUTO

- 1) É o valor **TOTAL** dos bens e serviços **FINAIS** produzidos no país num determinado período de tempo, *ou*;
- 2) É o **somatório dos valores agregados** em cada etapa da cadeia de produção.

$$PIB_{CF} = PRODUÇÃO_{\text{FINAL}} - \text{Consumo Intermediário}$$

ÓTICA DA RENDA

Sendo renda o somatório da remuneração de todos os FP, por convenção, quando nada se mencionar na questão:

$$\text{Renda Nacional} = RNL_{CF} = PNL_{CF} = l + a + w + j$$

(Quando a questão mencionar **Renda Nacional Bruta** = RNB_{PM})

Alternativamente,

$$PIB_{PM} = EOB + RMB + RE + \text{Impostos sobre produção} - \text{sub à produção}$$

EOB (pode ser chamado também de **Rendimento Operacional Bruto** – ROB) é o lucro das **EMPRESAS** ou seu excedente.

RMB ou rendimento de autônomos é o lucro dos **AUTÔNOMOS** (PF que trabalha por conta própria).

RE = Remuneração dos **EMPREGADOS**

ÓTICA DA DESPESA

Somam-se todas as despesas finais (DA) p/ que os agentes adquiram a produção, portanto:

$$PIB_{PM} = C + I + G + (X - M)$$

CARGA TRIBUTÁRIA

Carga Tributária Bruta (CTB): mede a proporção entre a receita de impostos (II + ID) e o PIB_{PM}, ou seja, mede o % da produção que financia os gastos do governo:

$$CTB (\%) = \frac{\text{Receita Tributária}}{PIB_{PM}} = \frac{II + ID}{PIB_{PM}}$$

Carga Tributária Líquida (CTL): nesse caso, não falamos em depreciação, mas a diferença entre o que o governo arrecada e o que ele “devolve à população”:

$$CTL (\%) = \frac{(II + ID) - \text{sub} - \text{trans}}{PIB_{PM}}$$

PRODUTO REAL X PRODUTO NOMINAL

PIB NOMINAL: avaliado a **PREÇOS CORRENTES**, levando em conta o preço de cada bem, **no período em que esse bem foi produzido**. Todavia, ano a ano o PIB **pode variar** devido a **aumento de preços** (📈) OU **aumento na quantidade de bens** (📈), OU **ambos**. **PIB_{PM} nominal** = $\sum(p_{X1} \cdot q_{X1})$.

PIB REAL: é avaliado em **TERMOS REAIS** (produção), e também é definido como PIB a **PREÇOS CONSTANTES**, pois é utilizado p/ fazer uma **comparação de desempenho**, **SEM a influência da variação de preços**. Para fazer essa comparação, **estabelecer-se-á um ano base**, utilizando os preços deste, **mas** a produção de cada ano. **PIB_{PM} real** = $\sum(\text{preço}_{\text{ano-base}} \cdot \text{quantidade}_{\text{ano atual}})$.

MÉTODOS PARA SE CALCULAR O ÍNDICE DE INFLAÇÃO

É um indicador que **mede a variação geral do nível dos preços** (INFLAÇÃO). Métodos para calcular o índice de inflação:

Deflator do PIB	Laspeyres (Época Base)	Paasche (Época Atual)
$\text{Deflator do PIB} = \frac{PIB_{NOMINAL}}{PIB_{REAL}}$	$L = \frac{\sum P_{X2} \times Q_{X1}}{\sum P_{X1} \times Q_{X1}} = \frac{\sum P_{X2} \times Q_{X1}}{PIB_{nominal}(X1)}$	$P = \frac{\sum P_{X2} \times Q_{X2}}{\sum P_{X1} \times Q_{X2}} = \frac{PIB_{nominal}(X2)}{PIB_{real}(X2)}$
Ex: 2019 ano-base: $Def = \frac{p_{2020} \cdot q_{2020}}{p_{2019} \cdot q_{2020}}$		FISCHER = $\sqrt{P \times L}$

IDENTIDADES MACROECONÔMICAS FUNDAMENTAIS

P ≡ Y ≡ DA	É a identidade mais cobrada em prova! Textualmente diz que produto é igual à renda que é igual à demanda agregada.
S ≡ I	S > I, tem-se <u>capacidade de financiamento</u> S < I, tem-se <u>necessidade de financiamento</u>
DP ≡ (I_G - S_G) ≡ (S_P - I_P) + S_{EXT}	Déficit Público ou Déficit Orçamentário (DP): ocorre quando o investimento do governo supera sua poupança (I_G > S_G) . Dessa forma, alguém deve financiar esse déficit , no caso, a Poupança Externa (endividamento externo) e / ou Sector Privado (via compra de títulos públicos).

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Conceito: é o **registro SISTEMÁTICO das transações** entre **RESIDENTES e NÃO RESIDENTES** durante **determinado PERÍODO DE TEMPO (fluxo)**. Tem como objetivo registrar as **operações econômicas ENTRE UM PAÍS e o RESTO DO MUNDO**.

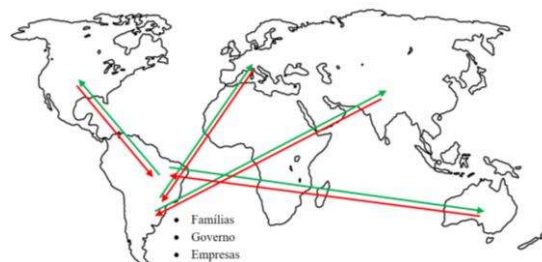
Registro SISTEMÁTICO das transações: método das **PARTIDAS DOBRADAS** (a cada débito em um conta, deve haver crédito em outra e vice-versa). **NÃO** são transações **apenas em moeda**, podendo ser doações de mercadorias, por exemplo;

- o **ENTRADA de divisa = Registradas a Crédito** (EX: recebimento de doações, compras e empréstimos)
- o **SAÍDA de divisas = Registradas a Débito** (EX: importações de bens, envio de doações, compra de ativos)
- o **SEMPRE contabilizado em US\$**

A única diferença entre **RESIDENTE e NÃO RESIDENTE** é o “**Centro de Interesse**”, isto é, basicamente o *animus* da definitividade, portanto, não necessariamente nacional ou não – ex: FIAT, apesar de não ser nacional, tem uma fábrica em Betim/MG, que é seu centro de interesse.

ESTRUTURA SINTÉTICA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Balança Comercial (Bens)
Balança de Serviços
Balança de Rendas (RLEE / RLRE) → pensar em “dinheiro vivo”
Transferências Unilaterais Correntes
(=) Transações Correntes (Saldo em CC)
Conta Capital
Conta Financeira
(=) Conta Capital e Financeira
(±) Erros e Omissões
(=) SALDO TOTAL DO BP



O saldo total do BP é **igual ao valor (negativo) das reservas / haveres**. Saldo do BP = - Reservas/Haveres

ESTRUTURA ANALÍTICA DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

Balança Comercial (BC)	(+) Exportações (FOB ⇒ desconsidera frete / seguro) (-) Importações (FOB ⇒ desconsidera frete / seguro)	<u>FOB</u> : Seguro e Frete são contabilizados na “Balança de Serviços”. O saldo líquido das (X – M) é o saldo da balança comercial. Hiato de recursos: M – X > 0 (importou mais que exportou) → BC < 0 (negativa)
Balança de Serviços (BS)	<ul style="list-style-type: none"> Viagens internacionais Seguros e Fretes Serviços gov. Transportes Royalties e licenças Aluguéis de equip. Computação Turismo e lazer SERVIÇOS Financeiros (corretagem e comissões) 	No BS são registradas as transações de BENS INVISÍVEIS , que são os serviços. Cuidado! Não confundir os serviços financeiros com os próprios investimentos – <i>Conta Capital e Financeira</i>
Balança de Rendas (BR)	⇒ Serviços Fatores Rendimento do Trabalho [salários e ordenados - w] Rendimento de Investimentos <ul style="list-style-type: none"> Investimentos Direitos [lucros e dividendos - I] Investimentos em Carteira [juros - j] Outros Investimentos [juros - j] 	Saldo da BR = RLEE ou RLRE - Obs: RLRE é sinônimo Renda Líquidas de Fatores Externos. Investimentos...em...carteira: quando há investimento indireto., como por exemplo um fundo, ou na quando compra títulos do governo.
Transferências Unilaterais Correntes (TU)	<ul style="list-style-type: none"> Bolsas de estudo (<u>EX</u>: Ciências sem Fronteiras) Famíliares moram no exterior e enviam dinheiro ao BR Donativos recebidos / enviados da ONU 	Pode ser BENS ou MOEDA . <u>Antes de 2001</u> a TU incluía também a “Conta Capital”, sem este nome, claro.

(=) SALDO EM CC = SALDO DO BP em TRANSAÇÕES CORRENTES

Déficit TC = S_{EXT} positiva e Superávit em transações correntes = S_{EXT} negativa. Atentar para o fato de que, em “Contas Nacionais”, o **saldo de (X - M) = Saldo BP em TC**.

Conta Capital	<ul style="list-style-type: none"> Relacionadas com o patrimônio de migrantes (ex: eu vou morar nos EUA e levo comigo meu carro) Relacionada também com aquisição de bens não financeiros não produzidos (<u>EX</u>: cessão de marcas e patentes). 	Criada em 2001 , na nova metodologia de cálculo do BP.
----------------------	--	---

Conta Financeira <i>Movimento de capitais autônomos</i>	<i>Investimentos diretos</i>	Representa os investimentos em si, e não o rendimento desses investimentos . Assim, separa-se o principal do acessório . Por exemplo: ações da Petrobrás estão na conta financeira, já os dividendos gerados estão na balança de rendas. Obs: os pagamentos / recebimentos de juros de empréstimos são contabilizados em "BR", já a amortização na "Conta Financeira"
	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Participação no Capital</u> • <u>Empréstimos e Amortizações</u> (Juros) 	
	<i>Derivativos</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Operações de swap, opções e futuros 	
	<i>Investimentos em carteira (portfólio): principal, sem juros</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Ações em bolsa • <u>Títulos de renda variável / fixa</u> • DR, notes e comercial papers 	
	<i>Outros investimentos</i>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Empréstimos de regularização • Empréstimos entre residentes e ÑR • Atrasados comerciais • <u>Reinvestimentos</u> • <u>Ativos de reservas internacionais</u> 	

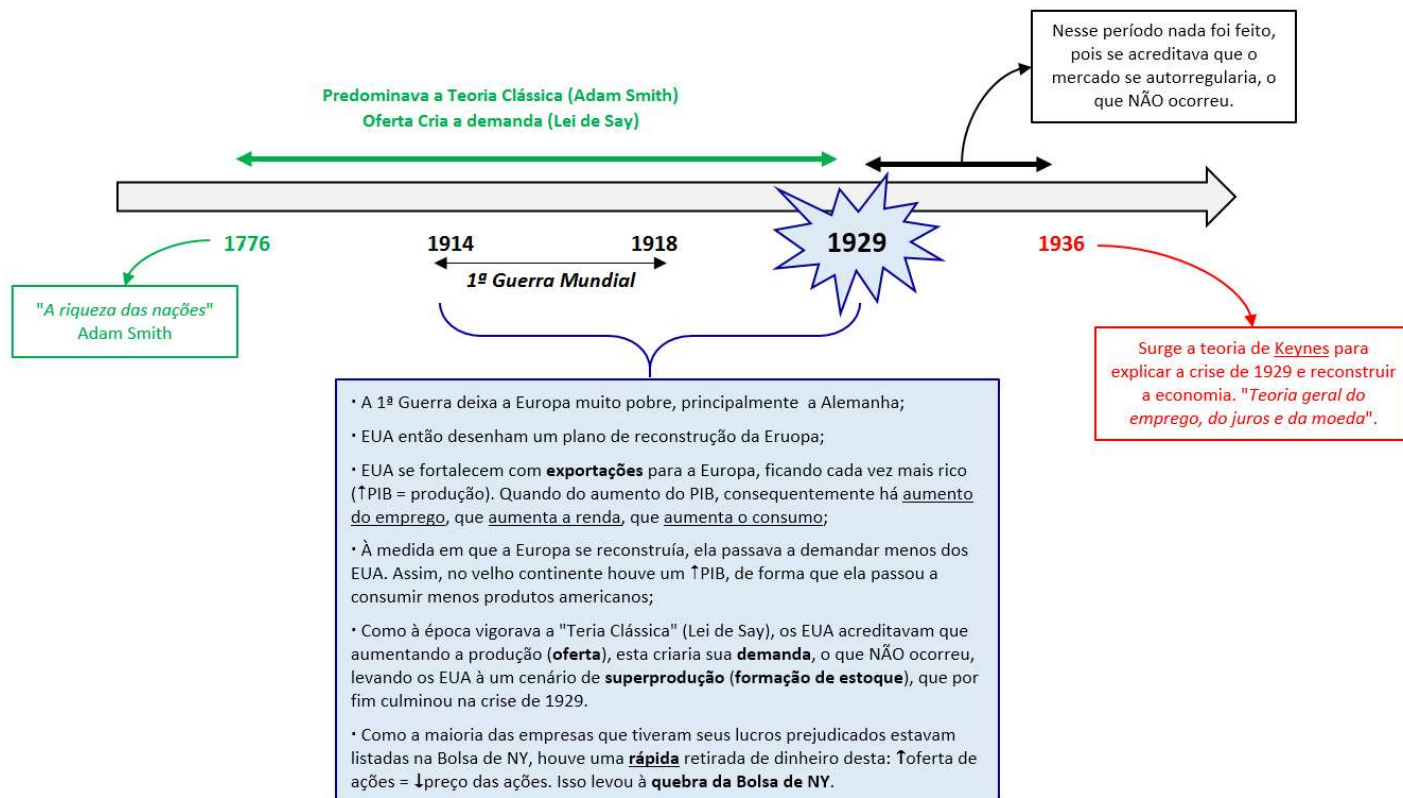
(=) CONTA CAPITAL E FINANCEIRA
(±) ERROS E OMISSÕES
(=) SALDO TOTAL DO BALANÇO DE PAGAMENTOS

(-) Variação Das Reservas Internacionais (HAVERES): o valor é negativo pois se tem como referência o resto do mundo, ou seja, tendo reserva no Bacen, estaria "faltando" este valor no RM.

Reservas Internacionais (além do estoque de divisas):

- **Haveres no Exterior** (Títulos aplicados no mercado externo de curto prazo;
- **Ouro monetário** em poder da Autoridade Monetária;
- **Atrasados Comerciais** (o que eu deveria ter recebido, mas ainda não recebi)
- **Direitos Especiais de Saque (DES)**
- **Reservas no FMI:** o dinheiro depositado no fundo integra os recursos disponíveis do país depositante, pois se o país precisar sacar, ele poderá fazê-lo sem que constitua um empréstimo. Já se precisar sacar a mais do que foi depositado, aí tem-se um empréstimo denominado *empréstimo de regularização*.

CLÁSSICOS X KEYNES



TEORIA CLÁSSICA (ADAM SMITH)

1) **MERCADO É AUTO AJUSTÁVEL**, isto é, **NÃO** há intervenção do Gov., isto é: **FLEXIBILIDADE de preços e salários**.

- Flexibilidade do salário (nominal e real)**: variações de salários e da quantidade de trabalhadores se compensavam a todo momento, até atingir o ponto ótimo (pleno emprego) = **NÃO há desemprego**.
- Flexibilidade de preços**: equilíbrio no mercado de bens / serviços.
- Combinando as duas temos uma **economia em equilíbrio** e com **pleno emprego**, graças a **NÃO** intervenção estatal.
- A teoria clássica é aplicável no **LONGO PRAZO**, i.e: quando **preços e salários são flexíveis**

2) **OFERTA CRIA A SUA DEMANDA**, conhecida como **Lei de Say** – não teria como existir uma crise de SUPERprodução.

JOHN M. KEYNES

1) **PREÇOS E SALÁRIOS SÃO RÍGIDOS NO CURTO PRAZO**

- Equilíbrio da economia existe, ainda com DESEMPREGO**, sendo o objetivo atingir o equilíbrio c/ pleno emprego.
- Para isso, o **Governo deve intervir**, através de leis, políticas de SM, etc. **Rigidez** apenas dos **salários NOMINAIS**

2) **DEMANDA CRIA A OFERTA (Lei da Demanda Efetiva)**

- À medida que a demanda aquece, a produção aumenta **até** que se alcance **equilíbrio no pleno emprego**
- Os empresários produzirão apenas a quantidade que eles **acreditam que os compradores PLANEJAM** comprar.
- No modelo de Keynes o Governo deveria intervir a fim de regular o nível de demanda agregada (P_{FISCAL} e $P_{MONETÁRIA}$).

Hoje é pacífico que a teoria keynesiana é mais aplicável no **CURTO PRAZO**, i.e: quando **preços e salários tendem a ser rígidos**.

Salário nominal (W): remuneração medida em moeda **corrente**. É o valor que "pinga na sua conta".

Salário real ($\frac{W}{P}$): remuneração medida em moeda **constante**. É o poder de compra. Esse salário real é o parâmetro para **comparação temporal**. Pode ser calculado também dividindo o salário pelo preço de um bem (que sofre inflação).

MODELO KEYNESIANO

MODELO KEYNESIANO SIMPLIFICADO

Para Keynes, **demanda (DA) cria a oferta (OA)**. Os empresários produzirão apenas a quantidade de bens e serviços que eles acreditam que os compradores **PLANEJAM** comprar. A condição algébrica para esse equilíbrio é: **DA = OA**. Dessa forma:

$DA = C + I + G + (X - M) \rightarrow$ Despesa $OA = \text{produção} = PIB = Y \rightarrow$ Produto $DA = OA = C + I + G + (X - M) \rightarrow$ Equilíbrio Como, $I = FBKF + \Delta E$, $Y = C + FBKF + \Delta E + G + (X - M)$	Um $\Delta E > 0$ significa que se está vendendo menos que o que produz, ou seja, a despesa planejada é MAIOR que a despesa efetiva , o que induz a empresa a diminuir a produção, ocasionando demissões e recessão	Um $\Delta E = 0$ temos uma situação de equilíbrio, pois produziu-se exatamente o consumido, i.e., despesa planejada é igual à despesa efetiva . *não é o estoque que é nulo, sim sua variação.
--	--	---

Dessa forma, para Keynes, é a **demanda mal PLANEJADA** que gera as recessões, pois há **EXCESSO** de estoque. A solução para o problema do excesso de estoques é $\uparrow G$ ou seja, o governo deveria intervir fortemente na economia, levando ao $\uparrow Y$ e consequentemente \uparrow emprego.

DETERMINAÇÃO DA RENDA NACIONAL DE EQUILÍBRIO

O **objetivo do keynesianismo é o controle do nível de DA**, até que se atinja o pleno emprego com a economia em equilíbrio. Para tanto, sua teoria é baseada nas seguintes premissas:

1. **Taxa de juros constante (i)** – **Cuidado!** NÃO quer dizer que Keynes a desconsiderava, mas sim que ela é **CONSTANTE**
2. **Nível de preços constante (P)** – **Cuidado!** Rigidez dos preços, isto é, constante no tempo
3. **Depreciação = 0**
4. **RLEE / RLRE = 0** – **Cuidado!** NÃO significa que seja economia fechada, mas **tão somente que o fluxo é 0**;
5. Governo arrecada **apenas impostos diretos** (sobre as pessoas);
6. **Impostos indiretos = 0** e **sub = 0**.

FUNDAMENTAÇÃO MATEMÁTICA

VARIÁVEL	FÓRMULA	CONSIDERAÇÕES
Consumo (C): consumo das famílias. Uma parte depende da renda disponível ($c \cdot Y_D$), e a outra é autônoma (C_0).	$C = C_0 + c \cdot Y_D$	C_0: consumo autônomo. Independe da produção / renda. É um valor FIXO c: propensão marginal a consumir ($PMgC$) – é a variação do consumo dada uma variação na renda disponível ($c = \Delta C / \Delta Y_D$). É constante : $0 \leq c \leq 1$ Y_D: Renda disponível (<i>parte da renda não consumida pela tributação</i>) = $(Y - T)$. <ul style="list-style-type: none"> • $Y_D = Y - (T_0 + tY)$ • Consumo cresce com a renda <u>disponível</u>; • $PMgC$ (propensão média a consumir) = C / Y_D • $0 \leq PMgC \leq 1$
Poupança (S): renda disponível que não é gasta com consumo. $S = Y_D - C$, portanto, substituindo o C por $C_0 + c \cdot Y_D$	$S = (1 - c) \cdot Y_D - C_0$	$(1 - c)$: é a propensão marginal a poupar ($PMgS$) – parcela do acréscimo de renda destinada à poupança. <ul style="list-style-type: none"> • Poupança cresce junto com a renda disponível; • $PMgS$: $0 \leq (1 - c) \leq 1$; • $PMgS$ (propensão média a poupar) = S / Y_D • $0 \leq PMgS \leq 1$
Tributação (T): a tributação diminui a renda disponível.	$T = T_0 + t \cdot Y$	t: é a propensão marginal a tributar ($PMgT$) – parcela do acréscimo de renda destinada à tributação. Quando a questão não mencionar nada, $T = 0$

VARIÁVEL	FÓRMULA	CONSIDERAÇÕES
Investimento (I)	$I = I_0 + i \cdot Y$	i : é a propensão marginal a investir (PMGI) – parcela do acréscimo de renda destinada ao investimento, ou seja, $i = \Delta I / \Delta Y$.
Gastos do Governo (G): autônomos	$G = G_0$	-
Exportações (X): autônomas	$X = X_0$	-
Importações (M): não são autônomos e dependem da renda.	$M = M_0 + m \cdot Y$	m : é a propensão marginal a investir a importar (PMGM) – parcela do acréscimo de renda destinada ao consumo de produtos importados ($m = \Delta M / \Delta Y$).

MULTIPLICADOR KEYNESIANO

Relação entre a variação de **qualquer** um dos elementos autônomos (C_0 , I_0 , G_0 , X_0 e M_0) e seu impacto na variação da renda de equilíbrio. O multiplicador é deduzido da **fórmula completa da renda de equilíbrio**:

$$DA = PIB = Y_{EQUILÍBRIO} = (C_0 + I_0 + G_0 + X_0 - M_0 - cT_0) \times \frac{1}{(1 - c - i + ct + m)}$$

Se nas questões nada for falado sobre i , t , m , deve-se considerar que são = 0

$$\text{Multiplicador Keynesiano Completo (K)} = \frac{1}{(1 - c - i + ct + m)}$$

Define o impacto da alteração de variável autônoma, quando modificada, sobre o PIB. A questão provavelmente falará que a variável foi de um valor x para y . Mais importante são os gastos do governo: $\Delta Y / \Delta G_0 = (Y_1 - Y_0) / (G_1 - G_0) = K$

CONSEQUÊNCIAS

Teorema do Orçamento Equilibrado: A elevação de gastos do governo (G) acompanhada do aumento da tributação (T) em **IGUAL VALOR** resultará em **aumento** do **produto** (Y) da economia no mesmo montante. Exemplo: se aumentarmos os gastos e a tributação em R\$ 500,00, haverá uma elevação da renda em R\$ 500,00. **↑G e ↑T no mesmo montante**, provocam, ao final, um **impacto positivo sobre Y**. Matematicamente:

$$\frac{\Delta Y}{\Delta G} + \frac{\Delta Y}{\Delta T} = 1, \text{ sendo que sempre } \frac{\Delta Y}{\Delta G} > \frac{\Delta Y}{\Delta T}$$

Intensidade dos instrumentos de política fiscal: uma alteração (**expansão ou redução**) em **G** provoca um impacto **MAIOR** do que uma alteração (**expansão ou redução**) na **T** ou distribuição de renda.

Hiato Inflacionário: montante pelo qual a $DA > OA$, ou seja, há menos produtos no mercado, o que leva ao aumento dos preços (inflação - $\uparrow P$), considerando como referência $Y_{\text{pleno emprego}}$. Para controlar essa inflação, o governo deve $\downarrow G$. O **Hiato deflacionário** ocorre quando a $DA < OA$, isto é, a redução dos gastos reduz a renda, acarretando queda do emprego e do nível de preços (deflação).

Paradoxo da Parcimônia: a tentativa de uma determinada sociedade aumentar a poupança pode resultar numa situação em que a poupança permanece inalterada, ou até mesmo diminui, uma vez que a renda diminui.

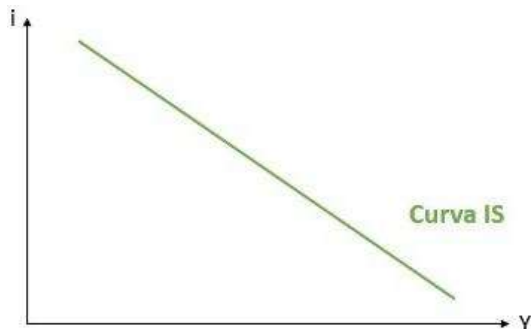
MODELO KEYNESIANO GENERALIZADO (IS-LM)

DEFINIÇÕES

Modelo IS-LM: modelo que propõe encontrar o **equilíbrio macroeconômico** entre o mercado de bens e serviços (lado real da economia, curva IS) e o mercado monetário/financeiro (curva LM).

Qual motivo dele ter sido criado? No modelo Keynesiano Simplificado, **Y é determinada para uma taxa de juros e um nível de preços constante**. No modelo IS-LM, a **taxa de juros VARIÁVEL será considerada na determinação da renda**.

Curva IS: o nome IS vem de *Investment = Saving*, ou seja, Investimento igual à Poupança, que determina o equilíbrio do mercado de bens e serviços. **Muita Atenção!** Lembre-se que investimento NÃO se confunde com investimentos financeiros! Essa curva mostrará **como a renda (Y) varia em função da taxa de juros (i)**:

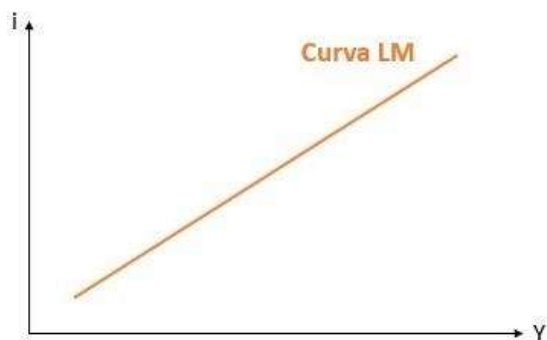


Em linhas gerais, o raciocínio é simples: quanto maior a **TAXA DE JUROS**, menos interessante é para as empresas investirem na produção, afinal, é muito mais confortável e seguro deixar o “dinheiro parado” rendendo (investimento FINANCEIRO) do que colocá-lo em um empreendimento (esse efeito é chamado de *crowding-out*). O raciocínio inverso também é válido (situação chamada de *crowding-in*).

Variáveis Endógenas: taxa de juros e renda são variáveis endógenas, ou seja, a variação delas **NÃO deslocam a curva IS**, ou seja, a análise é feita sobre a própria curva (reta verde).

Variáveis Exógenas (importantíssimo): a curva IS irá se **deslocar** (para direita ou para a esquerda) **de acordo com a POLÍTICA FISCAL** (através dos gastos do governo [G], importações [M], exportações [X], etc.)

Curva LM: o nome vem de *Liquidity = Money Supply*. Determina o equilíbrio no mercado monetário/financeiro. A curva LM fará a relação entre a **demanda de moeda e a renda**.



Raciocínio, em linhas gerais:

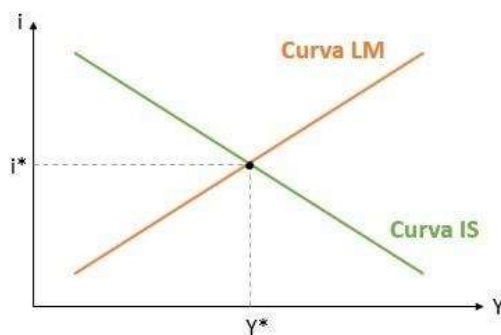
Quanto maior a **TAXA DE JUROS**, mais as pessoas tendem a investir (financeiramente), de forma que a quantidade de moeda circulando na economia diminui, ou seja, sua demanda diminui.

Pelo lado da **REND**A, quanto maior for a renda das pessoas, maior a necessidade de moeda em circulação, o que provoca um aumento em sua demanda.

Variáveis Endógenas: taxa de juros e renda são variáveis endógenas, ou seja, a variação delas **NÃO deslocam a curva LM**, ou seja, a análise é feita sobre a própria curva (reta laranja).

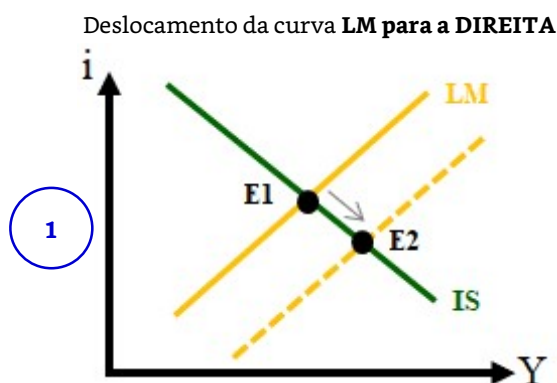
Variáveis Exógenas (importantíssimo): a curva LM irá se **deslocar** (para direita ou para a esquerda) **de acordo com a POLÍTICA MONETÁRIA** (através do controle da oferta de moeda)

Curva IS-LM: é a combinação das duas curvas acima, de tal forma que no **encontro delas** é onde se encontra a **situação de EQUILÍBRIO**! Todas as análises (deslocamento das curvas) devem ser feitas olhando para esse ponto:

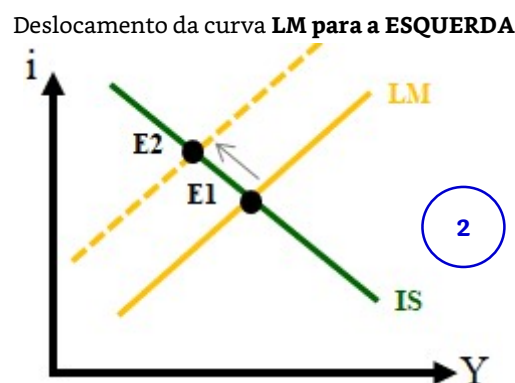


Situações de Deslocamento das Curvas e Novo Ponto de Equilíbrio

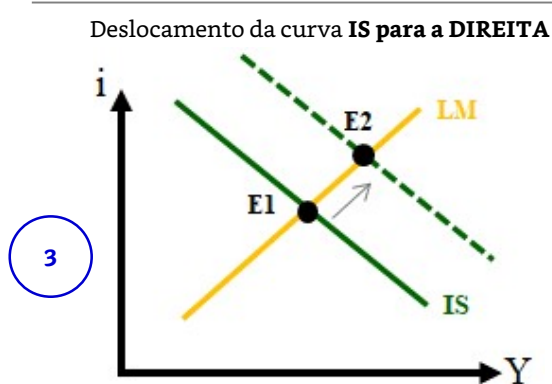
Basicamente são 4 situações possíveis (observe sempre os novos pontos de equilíbrio (E2)):



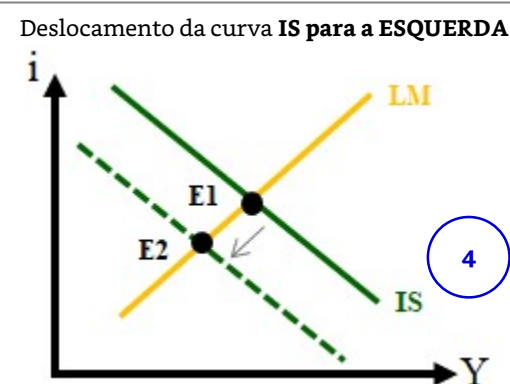
Resultado: aumento da renda e redução da taxa de juros



Resultado: redução da renda e aumento da taxa de juros



Resultado: aumento da renda e aumento da taxa de juros



Resultado: redução da renda e redução da taxa de juros

A partir de agora temos dois momentos de deslocamento. Um com a economia fechada, ou seja, um país que não importa nem exporta, e outro com a economia aberta, no qual há exportações e importações.

IS-LM NA ECONOMIA FECHADA

Equação da renda na economia fechada:

$$Y = C + I + G$$

Curva IS: o Governo (**POLÍTICA FISCAL**) tem grande impacto sobre a curva IS, uma vez que ele controla G e tem grande influência sobre C , por meio de políticas de tributação (T) e de transferências (R – replacement), como bolsa-família. Assim:

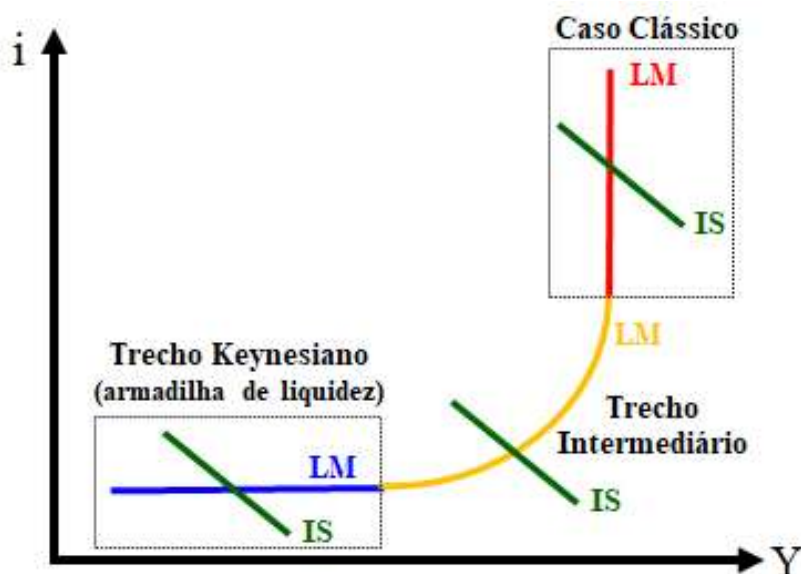
- Política fiscal EXPANSIVA: $\uparrow G$ provoca $\uparrow Y$ – desloca curva IS para a direita [situação final = 3]
- Política fiscal RESTRITIVA: $\downarrow G$ provoca $\downarrow Y$ – desloca curva IS para a esquerda [situação final = 4]
- Um $\uparrow T$, por exemplo, $\downarrow Y$ – desloca curva IS para a esquerda [situação final = 4]
- Um $\uparrow R$, por exemplo, $\uparrow Y$ – desloca curva IS para a direita [situação final = 3]

Curva LM: a curva será deslocada em virtude de alterações na oferta e demanda de moeda (**POLÍTICA MONETÁRIA**). Assim:

ALTERAÇÃO DE VARIÁVEIS EXÓGENAS		Situ. Final
Política monetária (OFERTA de moeda)	Expansiva ($\uparrow M$) Se assemelha ao aumento da renda (\rightarrow) e redução da taxa de juros (\downarrow).	1
	Restritiva ($\downarrow M$) Se assemelha à redução da renda (\leftarrow) e aumento da taxa de juros (\uparrow).	2
Alteração no comportamento dos agentes econômicos (DEMANDA de moeda)	\downarrow Demanda Se assemelha ao aumento da renda (\rightarrow) e redução da taxa de juros (\downarrow).	1
	\uparrow Demanda Se assemelha à redução da renda (\leftarrow) e aumento da taxa de juros (\uparrow).	2

Efeitos das Políticas Fiscal e Monetária

Essa análise é dividida em 3 momentos, conforme o gráfico abaixo



	Política Fiscal	Política Monetária
Armadilha de Liquidez: quando a taxa de juros atinge patamares bastante baixos, há ↑ demanda de moeda pois as pessoas preferirão guardar sua riqueza sob a forma de moeda. Nesse caso, a política monetária será quase inútil para alterar Y na economia, pois ninguém irá querer especular, assim, a curva LM será horizontal (alterações em i , não alteram Y).	Totalmente Eficaz	Totalmente Ineficaz
Trecho Intermediário: é o trecho “normal”, cujas análises já foram feitas anteriormente, no tópico “Situações de Deslocamento das Curvas e Novo Ponto de Equilíbrio”	Parcialmente Eficaz	Parcialmente Eficaz
Trecho Clássico: para eles a economia tenderia ao equilíbrio no produto/renda de pleno emprego e isto não dependeria da taxa de juros. Assim, não existia demanda de moeda motivo especulação, mas tão somente por motivos transação e precaução. Assim, a demanda depende somente da renda e não da taxa de juros. Isso quer dizer que a demanda de moeda é insensível ou totalmente inelástica à i .	Totalmente Ineficaz	Totalmente Eficaz

IS-LM NA ECONOMIA ABERTA

Equação da renda na economia fechada:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Pressupostos

- Nível de **preços interno e externo constante**;
- Mobilidade perfeita de capitais**: situação em que um país é pequeno em relação ao resto do mundo e ambos possuem livre acesso ao mercado internacional de capitais.

A análise aqui se torna um pouco mais complicada e como um aprofundamento desse tópico é mais indicado para quem irá fazer provas específicas de economista, não irei entrar em detalhes. Apenas guardem o seguinte quadro:

Eficácia de uma política monetária, fiscal e cambial sobre o Produto/ renda/ emprego:

	Câmbio FIXO	Câmbio FLEXÍVEL
Política Monetária	Ineficaz	Eficaz
Política Fiscal	Eficaz	Ineficaz
Política Cambial	Eficaz	Ineficaz

TEORIA MONETÁRIA

CONCEITO

MOEDA: **QUALQUER ativo financeiro** que pode ser usado facilmente para comprar bens e serviços. São alguns tipos:

- **Moeda mercadoria** (EX: sal foi utilizado durante muito tempo como moeda)
- **Metais preciosos** (EX: ouro, prata, cobre, etc.)
- **Moeda escritural bancária** – os bancos, embora não imprimam moeda, **criam moeda** (ampliam base monetária)
- **Moeda-papel** – a pessoa deixava seu metal precioso em uma casa de custódia, que lhe dava um papel provando o quanto estava em “depósito”. Esse tipo de moeda é, portanto, **LASTREADA**.
- **Papel-moeda** – não é lastreada, ou seja, uma moeda **FIDUCIÁRIA** (“fé” - “Tenho fé que um papel de \$20 vale \$20”)
- **Quase-moedas** – são aquelas que não apresentam as 3 funções da moeda. Estudada no “Plano Real”.

FUNÇÕES DA MOEDA

Para ser uma moeda, ela deve ter, **OBRIGATORIAMENTE** as **3 FUNÇÕES**:

MEIO DE TROCA

A moeda é **intermediária das trocas** em decorrência da **aceitação geral**.



UNIDADE DE CONTA

fornece o **referencial para os valores** das demais mercadorias. **Permite COMPARAÇÕES** entre bens / serviços.



RESERVA DE VALOR

Mantem seu valor REAL durante um tempo. Função **deteriorada** em economias inflacionárias.

DEMANDA DE MOEDA

A moeda em si não vale nada, mas as pessoas demandam moeda para poder **realizar trocas** (comprar) – demanda de moeda pelo **motivo TRANSACIONAL**

Indivíduos **guardam moeda**, pois têm incerteza em relação ao futuro – demanda de moeda por **MOTIVO PRECAUCIONAL** – **NÃO pode ter rendimento (juros)**.

Em ambas hipóteses a moeda é **guardada SEM render juros**. A variável determinada é a **RENDA**.

- **Inelástica (insensível) à taxa de JUROS;**
- **Função DIRETA da RENDA** - $\uparrow \text{renda} = \uparrow \text{demanda}$

Esses dois motivos derivam da **TEORIA CLÁSSICA**.

Para **KEYNES** ainda havia o **MOTIVO ESPECULAÇÃO** (motivo portfólio) que em suma é abrir mão de reter moeda para a compra de **títulos indexados à taxa de juros**, ou seja, a **DEMANDA** por motivo **ESPECULAÇÃO** é **INVERSAMENTE** proporcional ao **JUROS** – a demanda é menor, pois mais moeda estará guardada a fim de garantir rendimento (a demanda por títulos aumenta) - $\uparrow \text{juros} = \downarrow \text{demanda}$ - variável determinante é o **JURO**

OFERTA DE MOEDA (MEIOS DE PAGAMENTO)

Oferta de moeda = meios de pagamento = estoque de moeda disponível para uso da sociedade. As transações ocorrem de duas formas: **papel moeda (impressão pelo Bacen) ou moeda bancária / escritural**. Essas 2 formas de transação podem ser segregadas em 5 níveis de **Agregados Monetários**, sendo que o que os **DIFERENCIAM** é a **instituição EMISSORA** e não mais da sua liquidez, como era no passado.

AGREGADOS MONETÁRIOS

MEIO	CARACTERÍSTICAS	
MO	Papel moeda emitido pelo Banco Central	Papel Moeda do Poder do Público (PMPP)
M1*	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Liquidez absoluta ▪ NÃO rende juros 	Meios de pagamento (M1) <u>ou</u> meio circulante <u>ou</u> meios de pagamentos restritos : PMPP + Depósitos a Vista (DV) DV: depósitos em bancos comerciais que não rendem juros, como a Conta Corrente. A poupança não é M1.

MEIO	CARACTERÍSTICAS	
M2	Títulos emitidos por instituições depositárias e multiplicadores de crédito (BANCOS)	O meio de pagamento M2 é obtido pela soma: M1 + Depósitos Especiais Remunerados + Poupança + Títulos Emitidos
M3	Ativos emitidos pelos particulares (FUNDOS)	O meio de pagamento M3 é obtido pela soma: M2 + Quotas de Fundos de Renda Fixa + Op. no Sistema SELIC
M4	Títulos que têm como emissor o Poder Público (GOVERNO)	O meio de pagamento M3 ou poupança financeira , é obtido pela soma: M3 + Títulos Públicos de alta liquidez

*Ao falar em moeda, de forma genérica, está se referindo à M1, sendo que, por NÃO render juros, sofre **TODO** o efeito da inflação.

BANCOS E O PROCESSO DE EXPANSÃO DA MOEDA



Esse é um dos temas que mais impressionam quem o estuda pela primeira vez. É um “choque de realidade”, já que se trata-se de algo cotidiano, mas que nunca paramos para pensar. Antes de iniciar eu sugiro fortemente que você veja esse pequeno vídeo (trecho de um documentário chamado “Zeitgeist”, explicando como ocorre a expansão da base monetária (**clique no ícone**))

O processo de **expansão da moeda (M1)** pelos bancos comerciais está diretamente relacionado com a variável **DV**. O depósito feito em um banco (basicamente conta corrente) possui duas parcelas, pois **não há necessidade de o banco manter disponíveis para saque todos os recursos captados**:

$$DV = \text{Reservas (R)} + \text{Empréstimo/Investimentos}$$

RESERVAS (R) (Encaixes bancários) ↓ Parcela dos DV não emprestadas	Depósitos junto ao Bacen	Reservas compulsórias: OBRIGADOS legalmente a depositar no Bacen. Reservas voluntárias: mantêm junto ao Bacen por OPÇÃO .
	Caixa no próprio banco	Caixa (não é definido como reserva compulsória nem voluntária). São utilizados por exemplo para quando as pessoas quiserem sacar dinheiro.

O lucro dos bancos (**spread bancário**) vem com a diferença entre o que pagam como remuneração aos depósitos (**taxa de captação**) e os juros que recebem dos empréstimos / investimentos (**taxa de aplicação**).

O MULTIPLICADOR MONETÁRIO

A quantia que **realmente existe** (impresso) de moeda é chamada de **Base Monetária (BM)** = **PMPP + Encaixes Totais (R)**. Como os bancos multiplicam a **base monetária (BM)**, através dos “empréstimos-depósitos”, tem-se a seguinte relação:

$$M1 = K \cdot BM$$

K: multiplicador bancário / monetário

$$K = \frac{1}{c + rd}$$

ou

$$K = \frac{1}{1 - d(1 - r)}$$

ou

$$K = \frac{1 + c}{c + r}$$

e

$$c + d = 1$$

$c = \frac{PMPP}{M1}$	c – coeficiente do PÚBLICO: percentual de moeda em poder do público (papel moeda) que não está depositada nos bancos comerciais; <i>depende do comportamento das PESSOAS.</i>	↑c = ↓K
$d = \frac{DV}{M1}$	d – representa o percentual dos DV nos bancos comerciais (moeda escritural); <i>depende do comportamento das PESSOAS.</i>	↑d = ↑K
$r = \frac{R}{DV}$	r – coeficiente de RESERVAS: percentual de DV que ficam sob a forma de encaixes bancários na forma de depósitos (compulsórios ou voluntários) – NÃO entra caixa; <i>depende das decisões dos BANCOS e BACEN.</i>	↑r = ↓K

Criação e Destruição de Moeda

Decorre de uma **transação entre o setor bancário e o setor não-bancário** (1ª condição) na qual é necessária a **troca de haveres monetários e não monetários** (2ª condição). Satisfeitas as condições, **simultaneamente**, há criação / destruição de moeda.

Criação: Bancário → NÃO bancário:

Ex de criação: desconto de duplicata (empresa – setor não bancário, recebe haver monetário (\$ - M1) e o banco recebe um haver não-monetário; Saque (\$-M1 fica em poder da pessoa, circulando na economia). Há um **aumento do PMPP**.

Destruição: NÃO bancário → Bancário:

Ex de destruição: banco vende um imóvel a uma empresa, recebendo o pagamento em dinheiro (banco entrega haver não- monetário e recebe haver monetário); Depósito em poupança (retira \$-M1 de circulação). Há **diminuição do PMPP**.

NÃO haverá criação nem destruição de moeda quando efetuo, por exemplo depósito em conta corrente (não há troca, além do fato do dinheiro estar disponível a qualquer tempo); ou quando banco comercial faz empréstimo junto ao Bacen.

EQUILÍBRIO MONETÁRIO

Teoria Clássica – Teoria Quantitativa da Moeda (TQM): se baseia na seguinte fórmula: $M \cdot V = P \cdot T$ ou $M \cdot V = P \cdot Y$

M = oferta de moeda (base monetária);

V = velocidade de circulação da moeda;

P = nível geral de preços;

T = total de transações no sistema econômico;

Y = Produto (PIB) real da economia.

Pressupostos: **pleno emprego** e **T constante**. Na teoria clássica, um **AUMENTO** da **oferta monetária (M)** provocará somente AUMENTO dos **preços (P)** ⇒ gera **INFLAÇÃO**.

A TQM **desconsidera totalmente o papel dos juros**; além de também **nada mencionar sobre o nível de emprego** da economia

A demanda por moeda é **inversamente** relacionada com T. Assim, quanto maior T, menor a demanda.

Teoria Keynesiana: na teoria de Keynes, o **equilíbrio monetário é atingido quando a oferta é igual à demanda** e, diferentemente dos clássicos, Keynes **leva em conta a taxa de juros**. Uma expansão monetária, se a economia estiver **abaixo do pleno emprego** (pressuposto da teoria keynesiana), causaria:

- Com **mais moeda** → **taxa de juros fica mais barata** ⇒ **incentiva INVESTIMENTOS** das empresas;
- Mais **INVESTIMENTOS** = mais renda = maior nível de emprego.

Caso a economia esteja em **pleno emprego** ocorrerá apenas aumento dos preços, assim como prega a TQM, logo a teoria de **Keynes = TQM para o pleno emprego**.

POLÍTICA MONETÁRIA

A **POLÍTICA MONETÁRIA** apresenta **resultados mais imediatos do que a política fiscal, dado que depende apenas de decisões diretas das autoridades monetárias (Bacen, Copom, etc.)**, enquanto a implementação de políticas fiscais depende da votação do congresso (mais especificamente o orçamento), o que causa uma defasagem de tempo entre a tomada de decisão e a adoção na prática das medidas fiscais. As medidas fiscais ainda são sujeitas a maiores restrições de ordem institucional ou legal (só podem ser efetivadas no exercício fiscal seguinte, tem que estar previsto na LOA, às vezes, deve constar ainda no PPA, etc).

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

Política monetária é a **atuação do BACEN** para definir as condições de **LIQUIDEZ da economia - oferta de moeda** e nível da **taxa de juros (Copom)**. O BACEN dispõe dos seguintes instrumentos:

Emissões monetárias: literalmente impressão de dinheiro.

Regulamentação e controle de crédito: política de juros, controle de prazos, regras para financiamentos, etc.

Reservas OBRIGATÓRIAS dos bancos comerciais: um aumento da taxa de reservas diminui os meios de pagamento. Age diretamente sobre o MULTIPLICADOR MONETÁRIO (K), diminuindo-o.

Utilização das reservas internacionais: ao vender moeda estrangeira, há um aumento de M1, pois o BACEN retira moeda estrangeira da economia, trocando por reais (R\$).

Operações de mercado aberto (open market): compra e venda de títulos públicos no mercado de capitais. Na compra de títulos o BACEN injeta dinheiro nos bancos (aumento dos meios de pagamento) já na venda desses títulos ele “enxuga” a quantidade de moeda, pois as está recebendo, e entregando títulos;

Redescontos: empréstimos que o BACEN realiza a bancos comerciais. **Cuidado! Taxa de desconto ≠ Redescuento.** Uma alta taxa de desconto reduz os meios de pagamento, pois os bancos pegam menos empréstimo junto ao BACEN, já um alto desconto significa que os bancos pegam mais empréstimos com o BACEN, elevando os meios de pagamento.

Política monetária **ATIVA:** governo **controla a oferta de MOEDA** e deixa os **JUROS variarem livremente.**



Política monetária **PASSIVA:** governo **controle os JUROS** e deixam a oferta de **MOEDA fluir livremente – Brasil.**

POLÍTICA MONETÁRIA X RENDA X INFLAÇÃO X JUROS

EXPANSIVA INFLACIONÁRIA (Joga dinheiro na economia)	RESTRITIVA DEFLACIONÁRIA (Retira dinheiro da economia)
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução de depósito compulsório ▪ Redução da taxa de desconto ▪ Compra de títulos <p> ↑ renda / DA / emprego ↑ inflação (pois ↑ M1) ↓ taxa de juros </p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento da exigência de depósito compulsório ▪ Aumento da taxa de desconto ▪ Venda de títulos <p> ↓ renda / DA / emprego ↓ inflação (pois ↓ M1) ↑ taxa de juros </p>

Quanto a taxa de câmbio: a **diminuição da taxa de câmbio** significa **valorização do R\$** ($T_x = \text{US\$} / \text{R\$}$). Para que isso ocorra via intervenção, o BACEN deve desvalorizar o US\$, aumentando sua oferta no mercado, recebendo R\$ em troca, logo, diminuindo M1 na economia.

CONTAS DO SISTEMA MONETÁRIO

Balancete consolidado dos BANCOS COMERCIAIS	
ATIVO	PASSIVO
Encaixes - Caixa - Depósitos no BACEN - Depósitos voluntários - Depósitos compulsórios Empréstimos ao setor privado e público Títulos públicos e privados Imobilizado Outras aplicações	Depósitos à vista Depósitos a prazo Redescontos e outros recursos do BACEN Empréstimos externos Outras exigibilidades Recursos próprios (Patrimônio líquido)

Balancete consolidado do BACEN	
ATIVO	PASSIVO
Reservas internacionais Empréstimos ao TN e a outros órgãos públicos Redescontos Títulos públicos federais Caixa (encaixes) Empréstimos ao setor privado Outras aplicações	Papel-moeda emitido Depósitos do TN Depósitos dos bancos comerciais - Voluntários - Compulsórios Empréstimos externos Recursos especiais Outras exigibilidades Recursos próprios (Patrimônio líquido)

Balancete consolidado do SISTEMA MONETÁRIO	
ATIVO	PASSIVO
Aplicações dos bancos comerciais - Empréstimos ao setor privado - Títulos públicos e privados	Agregados monetários (M1) - PMPP - Depósitos à vista
Aplicações do BACEN - Reservas internacionais - Títulos públicos federais	Recursos não monetários - Depósitos a prazo - Depósitos do TN - Títulos do BACEN

TAXA DE CÂMBIO E REGIMES CAMBIAIS

TAXA DE CÂMBIO

Definição: taxa de câmbio é o valor da moeda de um país em relação ao valor da moeda de outro país. Matematicamente:

$$\text{Taxa de Câmbio} = \frac{\text{R\$}}{\text{Moeda Estrangeira}}$$

Obs: **desvalorização** da Tx. Câmbio = depreciação da moeda nacional (R\$) = ↑Tx. Câmbio, pois preciso de mais R\$ para comprar moeda estrangeira. O raciocínio oposto vale para a valorização.

REGIMES CAMBIAIS

Câmbio Fixo	<p>Taxa cambial (R\$/U\$) definida pelo BACEN, através da compra e venda de moeda estrangeira (alterando oferta e demanda). É diferente de taxa permanente.</p> <p>Vantagem: segurança aos agentes econômicos;</p> <p>Desvantagem: necessidade de desvalorização constante quando inflação interna > inflação externa; perda do controle da oferta monetária como instrumento de política econômica.</p>
Taxas Flutuantes	<p>NÃO há intervenção do BACEN, sendo a taxa de câmbio determinada LIVREMENTE no mercado de divisas. A taxa flutua (varia) até que a OA = DA (nesse caso o BP = 0). “Mercado autorregula”.</p> <p>Vantagem: GARANTE (condição necessária e suficiente) o equilíbrio do Balanço de Pagamentos; Cuidado! NÃO garante o equilíbrio da Balança Comercial!</p> <p>Desvantagem: instabilidade da taxa desestimula determinadas transações.</p>
Flutuação Suja	É um regime de taxas flutuantes com intervenções PONTUAIS do BACEN, com o objetivo de reduzir a volatilidade (oscilações) - <i>managed floating</i> .
Sistema de Bandas	Definem-se valores limites que a taxa de câmbio pode assumir . Dentro desses limites ela funciona como câmbio flutuante, e exatamente nos limites como câmbio fixo. Quando há ameaça de romper limite superior, BACEN começa a vender divisas e comprar moeda nacional, e no caso oposto, age oposto.

JUROS X CÂMBIO

Basicamente, podemos definir Juros como a remuneração cobrada pelo empréstimo de dinheiro, portanto, **quanto maior uma taxa de juros, mais atraente é conceder empréstimos**. Em um regime de câmbio flutuante (“livre mercado”):

↑ J_{INTERNO}	Entrada de divisas = ↑ oferta de divisas = ↓ valor divisa = moeda <u>nacional</u> apreciada
	↑ saldo da <i>conta financeira</i> do BP
↓ J_{INTERNO}	Saída de divisas = ↓ oferta de divisas = ↑ valor divisa = moeda <u>estrangeira</u> apreciada
	↓ saldo da <i>conta financeira</i> do BP

INFLAÇÃO X CÂMBIO

Definimos inflação, sucintamente como um aumento generalizado de preços, de forma que a moeda passa a ter um poder de compra inferior ao que tinha anteriormente. Consequências:

Desvalorização/depreciação do R\$ (= ↑ taxa de câmbio) tendem a AUMENTAR inflação, pois a desvalorização do R\$ provoca ↑ preço dos importados, ↓ oferta interna, ↑ preços internos (**estimula a exportação**), provocando inflação.

Quando **moeda nacional está valorizada**, há tendência do ↑ importações, o que ↑ competitividade da indústria nacional (que deve manter ou reduzir seus preços ou melhorar a eficiência da produção). Dessa forma, os produtos importados baratos impõem uma trava (**âncora cambial**) que impede ou inibe o aumento do preço de produtos nacionais, o que contribui para controle da inflação.

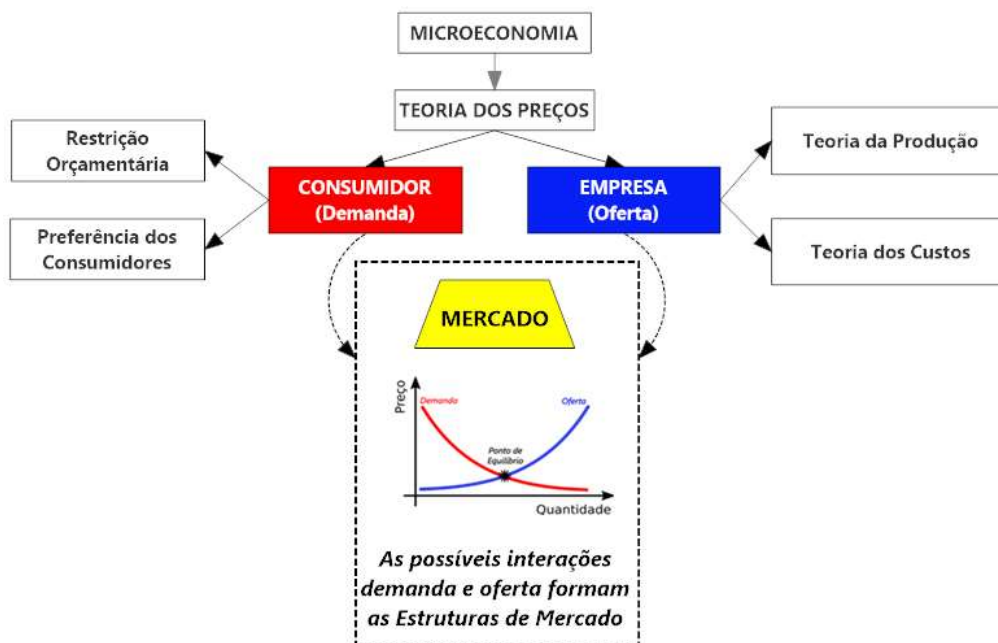
OUTROS ASSUNTOS

Crise Cambial: ocorre quando um País não possui meios de pagamento internacionais para pagar seus compromissos junto aos não residentes (mercado externo). Dessa forma, o País deve buscar atrair a entrada de divisas, podendo fazê-lo de diversas formas, como por exemplo, aumentando a taxa de juros interna ou estimulando as exportações (saem bens / serviços, entram divisas).

Teoria da paridade do poder de compra: propõe que a taxa NOMINAL de câmbio deve **variar em proporção** tal que a taxa de câmbio REAL se mantenha fixa e, dessa maneira, seja possível manter a trajetória do saldo comercial do país.

MICROECONOMIA

ESTRUTURA DA MICROECONOMIA

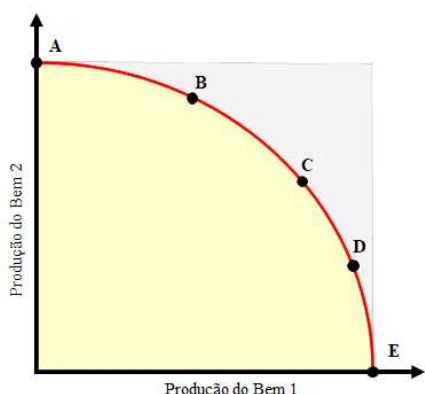


CONCEITOS BÁSICOS

CURVA DE POSSIBILIDADE DE PRODUÇÃO - CPP

É um gráfico que ilustra três conceitos: escassez (que limita a capacidade), escolha e custo de oportunidade. A definição de capacidade máxima de produção considerado que estão sendo utilizados 100% dos recursos / fatores de produção, sem que haja desperdício ou ociosidade, ou seja, a **pleno emprego**. A curva indica uma economia que produz apenas 2 bens. Exemplo:

Alternativa	Produto 1	Produto 2
A	25	0
B	20	30
C	15	47,5
D	10	60
E	0	70



Curva Vermelha: é a CPP propriamente dita, cujos pontos que serviram de base encontram-se na tabela de capacidade de produção. Todos os **pontos são IGUALMENTE EFICIENTES**. A CPP só se desloca quando há alteração no total de fatores de produção! Aumento de emprego, por exemplo, apenas faz com que o ponto tenda a sair da área amarela em direção à curva.

Área Amarela: qualquer ponto nesta área INTERNA indica que a operação está com OCIOSIDADE ou DESEMPREGO.

Área Cinza: qualquer ponto nesta área EXTERNA (acima da CPP), indica uma combinação IMPOSSÍVEL (acima da capacidade).

CUSTO DE OPORTUNIDADE / ALTERNATIVO / IMPLÍCITO

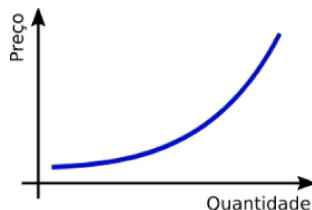
O custo de oportunidade representa o **valor associado a melhor alternativa NÃO escolhida**. Ao se tomar determinada escolha, deixa-se de lado as demais, pois são excludentes (escolher uma é recusar outras). A escolha de determinada opção impede o usufruto dos benefícios que as outras opções poderiam proporcionar. O custo de oportunidade deriva da **relação entre escassez e escolha**.

OFERTA E DEMANDA

TEORIA ELEMENTAR DA OFERTA

Oferta é a **quantidade de um bem** que os vendedores estão dispostos a vender, em determinado período de tempo, por um **determinado preço**, *ceteris paribus*. Como eles têm uma atitude oposta ao dos consumidores, a curva é positivamente inclinada (i.e.: oferta e preço são diretamente proporcionais). Função Oferta, *ceteris paribus*:

$$Ox = f(Px)$$

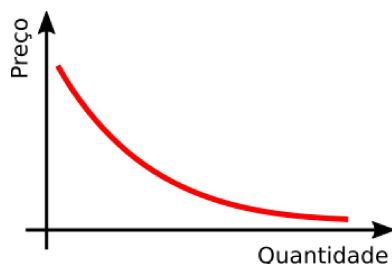


TEORIA ELEMENTAR DA DEMANDA

Demanda é a **QUANTIDADE de um bem** que os consumidores estão aptos e dispostos a adquirir, **em determinado período de tempo, por um PREÇO definido em um mercado**, *ceteris paribus* (i.e.: demais fatores constantes).

Atenção, pegadinha: “demanda” é **toda a curva** que relaciona preço com quantidade demandada (termo mais amplo), já “quantidade demandada” é um **ponto específico na curva** que a relaciona com um certo preço.

Cuidado! Demanda é desejo / intenção e não consumo / compra propriamente dito.



$$Dx = f(Px)$$

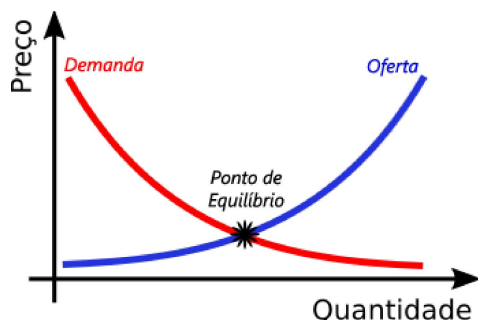
Efeito-substituição: quando sobe o preço de um bem, induz-se ao menor consumo deste e maior consumo de outros.

Efeito-renda: o aumento do preço de um bem diminui a renda real, pois não é mais possível manter o mesmo nível de consumo; o contrário também é verdadeiro.

ASPECTOS DETERMINANTES DA DEMANDA

Preço do Bem	<p>Relação inversa, ou seja, quanto maior o preço, menor a quantidade demandada.</p> <p>Bem de Giffen: é um bem cuja <u>demanda AUMENTA quando os preços são aumentados</u> e <u>DIMINUI quando os preços são reduzidos</u>. Atenção! Todo Bem de Giffen é um bem inferior, mas a recíproca não é verdadeira.</p>
Preço de Outros Bens	<ul style="list-style-type: none"> Substitutos: atendem o consumidor no mesmo nível de satisfação (EX: carne e frango). O AUMENTO do preço de um, AUMENTA a demanda pelo outro, <i>ceteris paribus</i>. Complementares: bens que dependem um do outro para satisfazer a necessidade (EX: sapato e meia). O AUMENTO do preço de um, REDUZ a demanda pelo outro, <i>ceteris paribus</i>.
Renda do Consumidor	<ul style="list-style-type: none"> Bens normais ou superiores: AUMENTO da RENDA tende a AUMENTAR o consumo, ou seja, a relação é direta entre renda e demanda. Bens inferiores: relação inversa entre demanda e renda, ou seja, com AUMENTO da RENDA o consumo tende a DIMINUIR e o contrário também é verdade (EX: carne de 2ª linha)

EQUILÍBRIO DE MERCADO



O ponto de equilíbrio é atingido quando um **determinado preço** faz igualar as forças de demanda e oferta, isto é, quando a **quantidade procurada é idêntica à ofertada**.

Em questões de prova, geralmente é dada a equação de reta para cada curva, e a partir daí pede-se o ponto de equilíbrio, quando há excessos, etc. Basta igualar uma reta à outra, encontrando o ponto x, e em seguida substituir esse x (demanda) em qualquer das equações, encontrando y (preço).

ELASTICIDADE

Conceito: é a alteração percentual de uma variável, dada a alteração percentual em outra, *coeteris paribus*. É **sinônimo de SENSIBILIDADE**, resposta, reação de uma variável, **em face de mudanças em outras variáveis**.

ELASTICIDADE PREÇO DA DEMANDA (EPD)

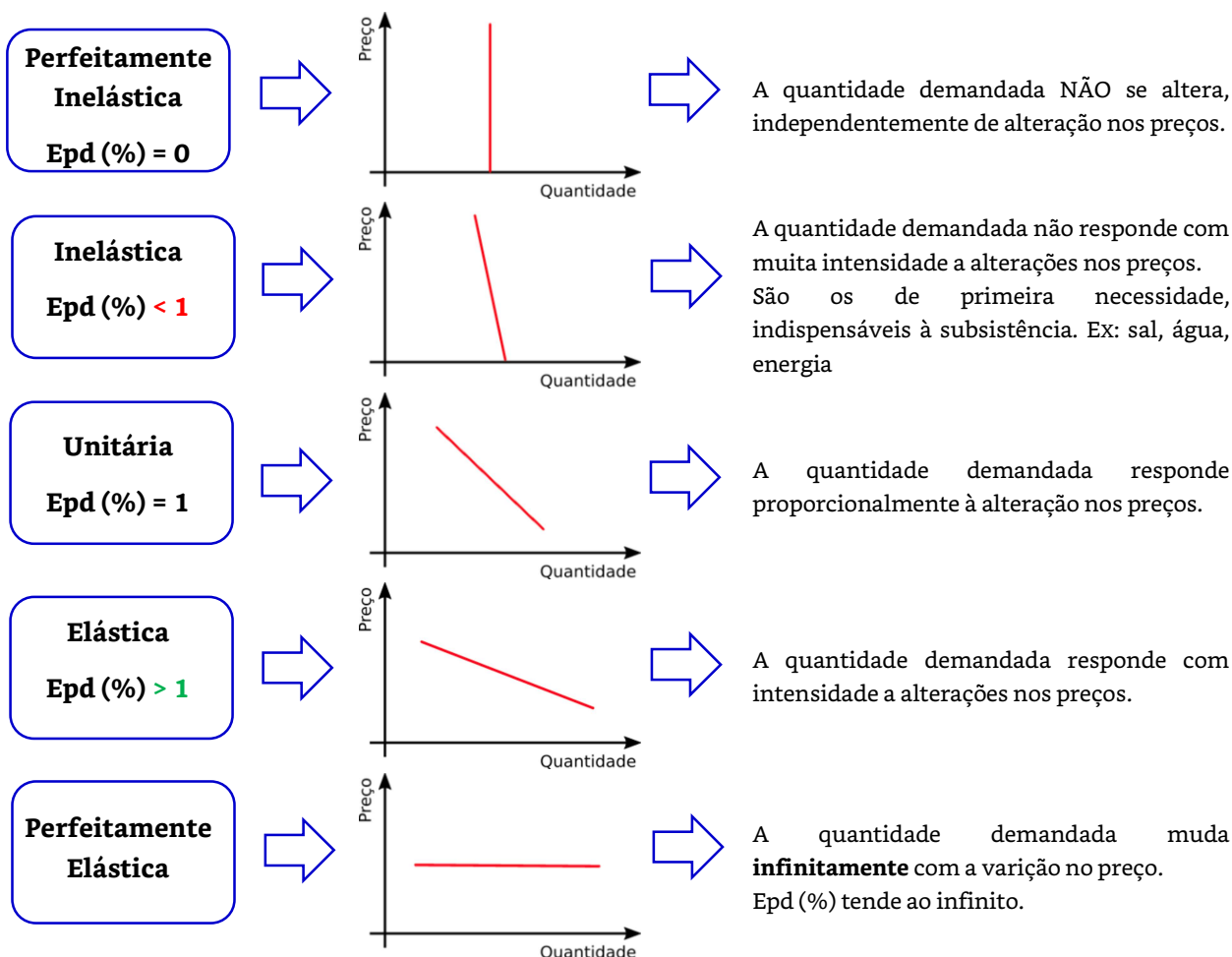
$$Epd (\%) = \frac{\text{Variação \% na demanda}}{\text{Variação \% no preço}}$$

$$= \frac{\Delta Q}{\Delta P} \times \frac{P_{inicial}}{Q_{inicial}}$$

EpD (%) = Variação da quantidade demandada, dada uma alteração no preço. Pouca alteração do preço e muita variação da demanda = muita elasticidade e vice-versa.

O resultado irá indicar que, a cada 1% de variação no preço haverá EpD (%) de variação da demanda. O sinal negativo indica que a variação será inversa (↑preço ↓demanda).

GRAUS DE ELASTICIDADE



ELASTICIDADE RENDA DA DEMANDA

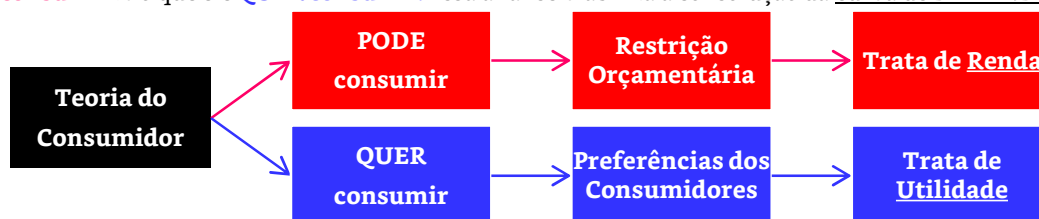
O raciocínio é o mesmo do preço, porém deve-se lembrar da diferença entre bens normais e bens inferiores, pois a **reação da demanda em função da renda** é modificada pelo bem em análise.

- **Bens normais ou superiores:** AUMENTO da renda tende a AUMENTAR o consumo.
- **Bens inferiores:** relação inversa, ou seja, com AUMENTO da renda o consumo tende a DIMINUIR.

TEORIA DO CONSUMIDOR

NOÇÕES GERAIS

A teoria do consumidor estuda o **processo de escolha**, que pode ser resumida em **dois pontos chave**, através da análise entre o que ele **PODE consumir** vs o que ele **QUER consumir**. Essa análise viabiliza a construção da curva de DEMANDA. Assim:



CESTA DE CONSUMO E RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conceito: são as **possíveis combinações** de consumo de determinados bens em função da quantidade consumida e da renda do consumidor. Para facilitar, a análise será sempre feita em pares, ou seja, entre dois bens.

Matematicamente: considerando-se dois bens, temos que a **RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA** é dada por:

$$p_1q_1 + p_2q_2 \leq m$$

Onde:

p_A : preço do bem A

q_A : quantidade máxima consumida de um bem qualquer A

m : renda do consumidor

Ou seja, a fórmula mostra o máximo (q) que o consumidor pode consumir de cada bem a determinado preço (p) em relação a sua renda (m).

Graficamente:



Como alterar a Reta Orçamentária?

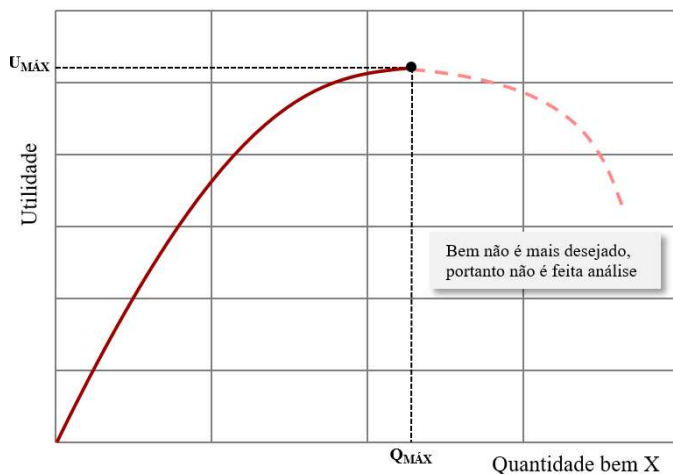
- 1) Alteração na RENDA dos consumidores; ou
- 2) Alteração nos preços dos bens, de forma isolada ou conjuntamente.

Essa análise é bem simples, basta lembrar que ↑renda prova maior possibilidade consumo, *coeteris paribus*, e vice-versa. A variação de preços faz a reta rotacionar, em relação ao ponto cujo bem não teve o preço alterado.

PREFERÊNCIA DOS CONSUMIDORES

UTILIDADE (SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR)

Curva de Utilidade Total



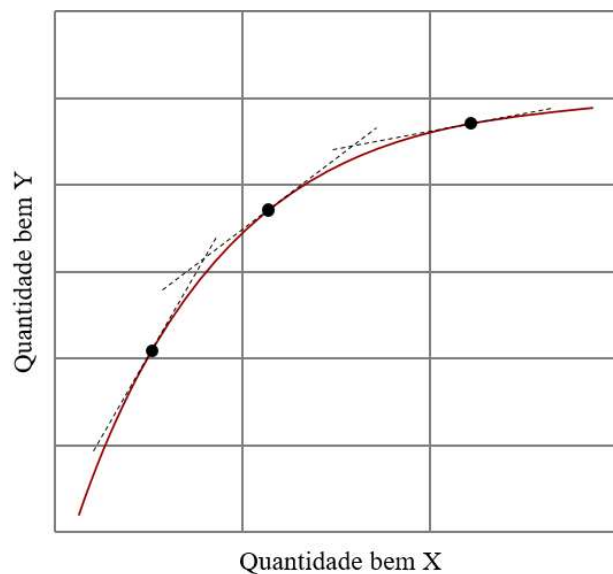
Utilidade: Grau de **SATISFAÇÃO** que obtemos do uso das coisas, uma medida de satisfação relativa a um agente da economia.

A utilidade pode ser dada como pontos discretos, como em uma tabela, ou através de uma função. As curvas bem-comportadas têm uma função denominada Cobb-Douglas, dada por:

$$U(q_x, q_y) = K \cdot q_x^A \cdot q_y^B$$

- A utilidade não tem unidade de medida (não é mensurável);
- A utilidade é subjetiva: ou seja, depende de cada indivíduo.
- A utilidade é comparável: é possível comparar a utilidade de um bem em relação a outro, pelo julgamento;

UTILIDADE MARGINAL (UMG)



Utilidade Marginal: é o acréscimo de utilidade, decorrente do consumo de uma unidade adicional de um bem / serviço. Matematicamente a Utilidade Marginal (Umg) é a derivada da curva de utilidade.

$$Umg = \frac{\partial U(q)}{\partial q}$$

Lei da Utilidade Marginal Decrescente: à medida que o consumo de um bem / serviço aumenta, sua utilidade marginal decresce. Ex: matar a sede (à medida que você bebe água, sua utilidade marginal diminui).

- **↑ consumo ↑ utilidade**
- **↑ consumo ↓ utilidade marginal**

OS AXIOMAS DAS PREFERÊNCIAS DO CONSUMIDOR

Os axiomas são “princípios” que fazem a **escolha do consumidor ser racional**:

Integralidade / Exaustividade ou Completude / Completeza

Consumidor é capaz de COMPARAR cestas: Indiferente (“tanto faz”); Preferido (“melhor ou tão bom quanto”); Estritamente melhor.

Transitividade

Se A é preferível a B e B é preferível a C, **então A é preferível a C**

Monotonicidade ou Não Saciedade

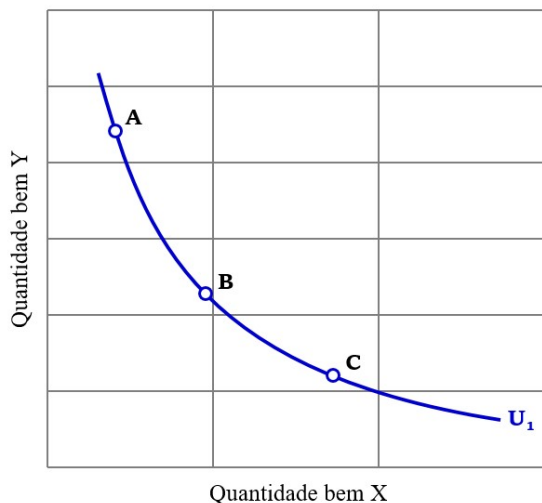
“MAIS é melhor do que MENOS”

Reflexividade

“A é tão bom quanto ele mesmo”

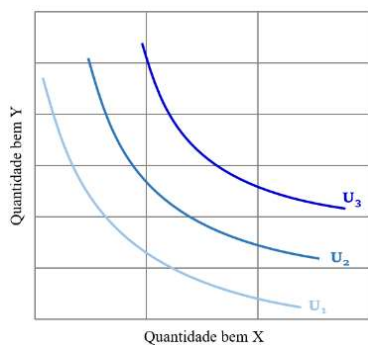
A CURVA DE INDIFERENÇA

Curva de Indiferença

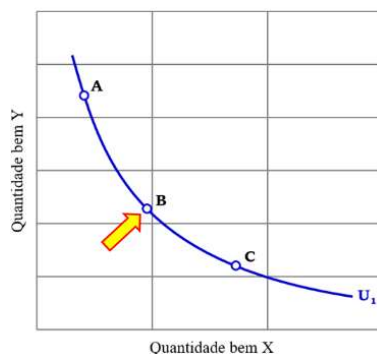


Curva de Indiferença: É o gráfico de uma função que mostra as **combinações de bens** em que o consumidor é indiferente entre qualquer uma delas. Ou seja, ele **não tem preferência** entre uma combinação ou outra, **já que cada uma providência o mesmo nível de utilidade, vulgo satisfação**, i.e., as combinações A, B e C trazem ao consumidor o MESMO grau de utilidade.

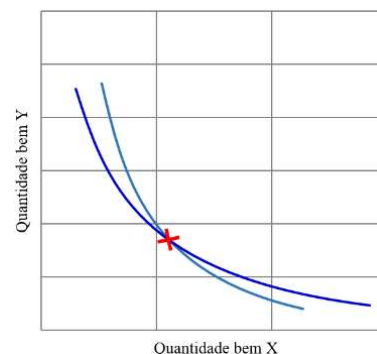
PROPRIEDADES DA CURVA DE INDIFERENÇA



Curvas mais altas são preferíveis. A inclinação negativa **decorre da monotonicidade**

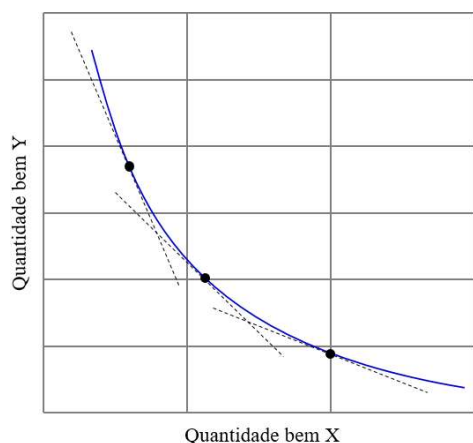


Médias são preferíveis a extremos



Curvas de indiferença **NÃO** se cruzam (**deriva da transitividade**)

TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO

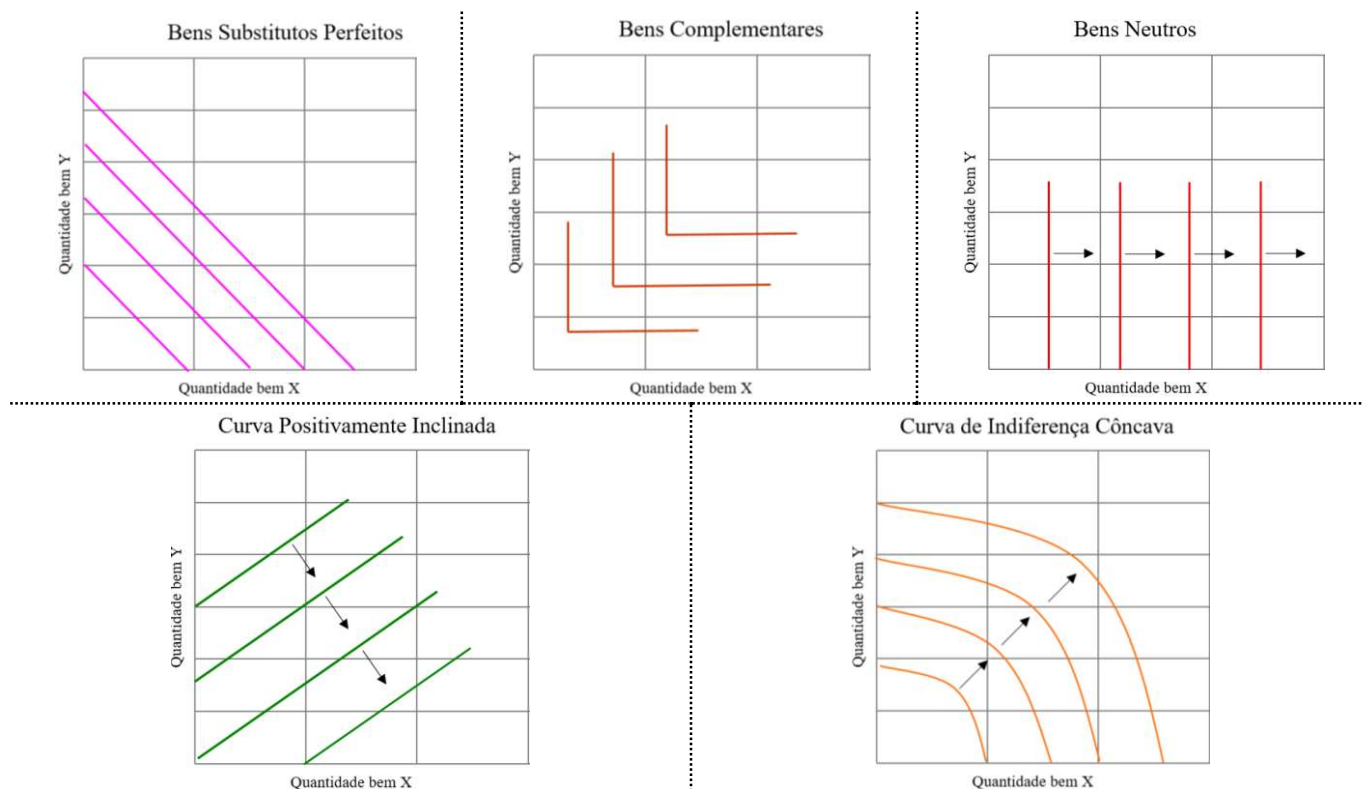


TMgS: mede a taxa à qual o consumidor está propenso a substituir o bem A pelo bem B. Esta taxa mede uma troca, desde que mantido o mesmo nível de satisfação.

$$TMgS_{XY} = - \frac{\frac{dU_x}{dx}}{\frac{dU_y}{dy}} = \frac{UMg_X}{UMg_Y}$$

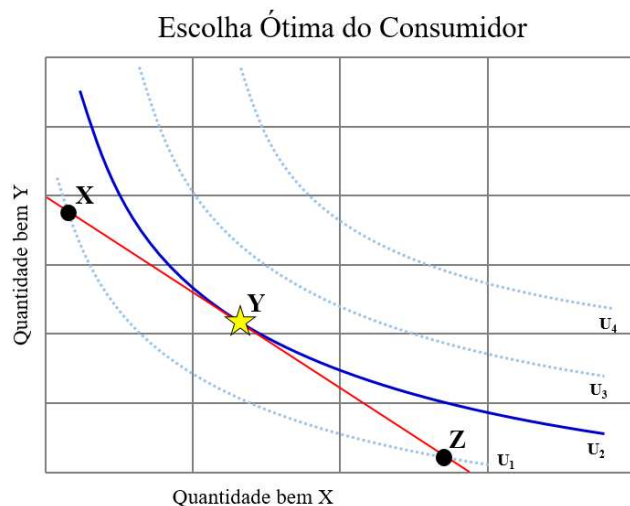
A **TMgS é decrescente**, pois cada vez menos quero abrir mão de um bem.

PREFERÊNCIAS MALCOMPORTADAS



ESCOLHA ÓTIMA DO CONSUMIDOR

Reunindo as informações a respeito do que o consumidor **PODE consumir** (curva de restrição orçamentária) e sobre o que ele **QUER consumir** (curvas de indiferença) é possível determinar o ponto de escolha ótima, ou seja, o ponto cuja utilidade é máxima e que esteja dentro do seu orçamento.



CONSIDERAÇÕES

Curvas de Indiferença U_3 e U_4 : são curvas mais altas, portanto mais desejáveis, PORÉM estão fora do alcance orçamentário do consumidor em questão.

Pontos X e Z: são pontos nos quais a curva de restrição orçamentária se encontra com a curva de indiferença U_1 , PORÉM, por esta ser uma curva mais baixa, ela não é desejável.

Ponto Y: aqui está a escolha ótima (condição de tangência), uma vez que, **dentro de sua restrição orçamentária** o consumidor atinge o **maior grau de utilidade (satisfação)**, na curva U_2 .

TEORIA DA PRODUÇÃO

FATORES DE PRODUÇÃO

Fatores de Produção (FP) são elementos indispensáveis ao processo produtivo de bens materiais. Tradicionalmente, consideram-se como fatores de produção:

- 1) Capital (K): máquinas e equipamentos (\neq \$);
- 2) Mão de Obra (L): trabalho;
- 3) Tecnologia: método ou técnica;
- 4) Terra: para fins de prova é um tanto quanto "irrelevante".

PRODUÇÃO

Produção (Q) é um processo que consiste na **combinação dos fatores de produção** com a finalidade de satisfazer necessidades humanas, em termos de bens ou serviços.

EFICIÊNCIA TÉCNICA E EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Eficiência Técnica: obtenção da mesma quantidade do produto com a utilização de menor quantidade dos FP.

[★] **Eficiência Econômica:** obtenção da mesma quantidade de produto que os métodos alternativos, ao menor CUSTO possível. A economia se preocupa com esse tipo de eficiência.

A FUNÇÃO PRODUÇÃO

A função produção é uma equação que relaciona dois ou mais FP e que permite diversas combinações entre eles, o que resulta em maneiras variadas de produção de um determinado volume produzido.

Genericamente, temos:

$$Q(K, L) = f(K, L)$$

Q: quantidade produzida

K: capital

L: trabalho

Obs: a função mais comum em provas é a função de Cobb-Douglas, na qual:

$$Q(K, L) = \alpha \cdot K^a L^b$$

α : fator tecnologia

a, b: são constantes, geralmente dadas

A PRODUÇÃO NO CURTO PRAZO

Curto Prazo: consideramos que **um ou mais FP são FIXOS (não variam)**, ou seja, podemos fazer comparações das quantidades dos FP combinadas e os respectivos resultados das quantidades produzidas. Geralmente K é fixo e L variável (e assim serão feitas as conceituações a partir daqui). Muitas questões simplesmente dizem algo do tipo “*considere uma empresa que tem unicamente o FP...*”

Produto Total (Q): é a quantidade do produto obtida através do uso das quantidades dos fatores de produção fixos e variáveis combinados.	Q
Produto Médio do FP variável (Pme): obtido a partir da divisão da produção total pela quantidade de fator de produção variável . <u>NUNCA é negativa</u>	$Pme = \frac{Q}{L}$
Produto Marginal do FP variável (Pmg): é definido como a variação na produção total decorrente da variação de uma unidade no FP variável . <u>PODE ser negativa</u>	$Pmg = \frac{\partial Q}{\partial L}$

EXEMPLO DO COMPORTAMENTO DA PRODUÇÃO NO CURTO PRAZO

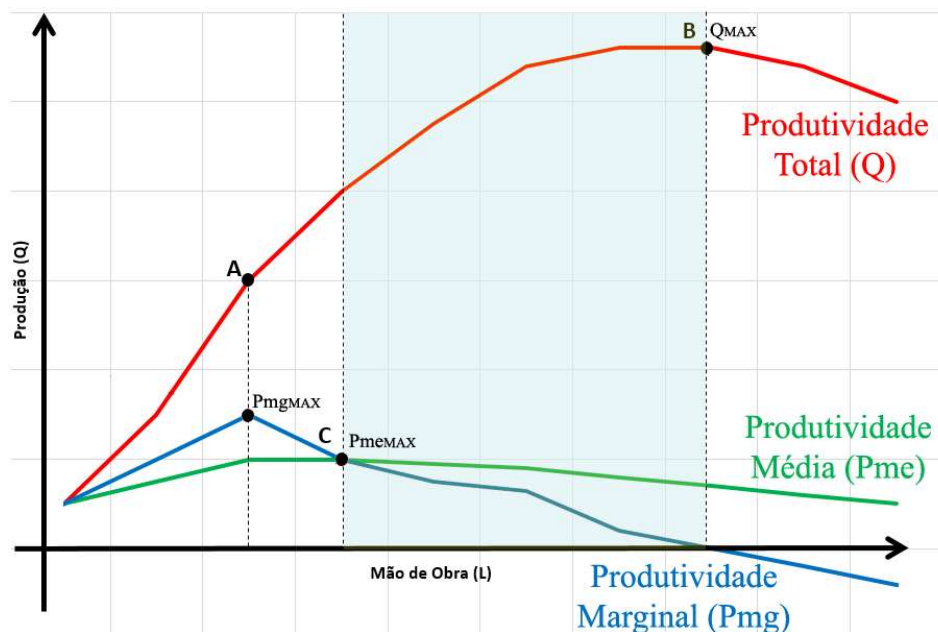
Trabalhadores (L) - variável	Máquinas (K) - fixo	Produção (Q)	Pme	Pmg
1	10	10	10	10
2	10	30	15	20
3	10	60	20	30
4	10	80	20	20
5	10	95	19	15
6	10	108	18	13
7	10	112	16	4
8	10	112	14	0
9	10	108	12	-4
10	10	100	10	-8

À medida que se empregam sucessivas unidades de mão-de-obra, a produção cresce, atingindo o máximo quando contratado o 8º trabalhador (112 sacas = **ponto B**). A partir daí, há diminuição de Q.

Conclusão: à medida que combinamos unidades adicionais de um FP variável a um dado montante de FP fixos, a produção total cresce, atinge um valor máximo e depois decresce.

Lei dos Rendimentos Decrescentes: a partir do acréscimo de uma unidade do FP variável, mantendo-se os demais fixos, chega-se a um ponto no qual **Pmg começa a cair**. Ou seja, o **acrécimo do FP variável só é eficiente até determinado ponto**, a partir do qual torna-se ineficiente e até mesmo negativo.

ANÁLISE GRÁFICA (QUALQUER CASO NO CURTO PRAZO)



Obs: EXTREMAMENTE importante decorar o gráfico e desenhá-lo na hora da prova (se necessário).

- **Ponto A:** é o ponto no qual a Pmg é máxima, ou seja, é o **ponto de inflexão**, a partir do qual Q começa a crescer em um ritmo mais “lento” (basta imaginar as inclinações das diversas retas tangentes). O ponto no qual a curva Pmg cruza o eixo da mão de obra é denominado “Limite intensivo de MO”.
- **Ponto B:** Enquanto Pmg for > 0, Q cresce. Assim, a partir de Q_{MAX}, Pmg é negativo e Q começa a decrescer;
- **Ponto C:** quanto Pmg = Pme, temos Pme MÁXIMO.

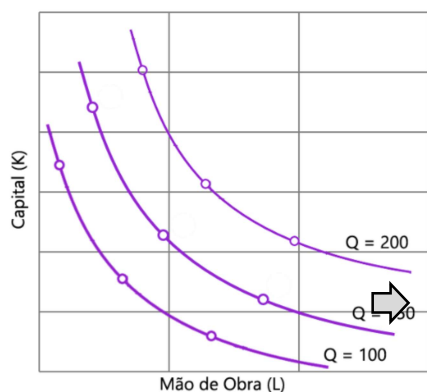
Em qual região do gráfico a empresa deve escolher produzir? A empresa **deve produzir na região AZUL**, uma vez que na **região anterior** NÃO há nível relevante de produção e, como a curva está em uma crescente, é interessante contratar mais MO a fim de aumentar essa produção; por outro lado, a região após possui um Pmg negativo, ou seja, a produção começa a decrescer.

A PRODUÇÃO NO LONGO PRAZO

Longo Prazo: consideramos que **TODOS os FP são VARIÁVEIS**, ou seja, mesmo o capital fixo pode aumentar ou diminuir dependendo do aumento ou diminuição do tamanho da empresa

ISOQUANTAS

Isoquanta: curva que representa **várias combinações de fatores de produção** (terra, capital e trabalho) que resultem na **MESMA quantidade** de produção:



Taxa Marginal de Substituição Técnica (Tmg_{ST}): diz quantas unidades de um tipo de FP se pode reduzir/aumentar com o aumento/redução de uma única unidade de outro tipo de FP **de modo que a produção (Q) permaneça CONSTANTE**. Nada mais é do que a derivada da isoquanta:

$$Tmg_{ST} = \frac{\Delta K}{\Delta L}$$

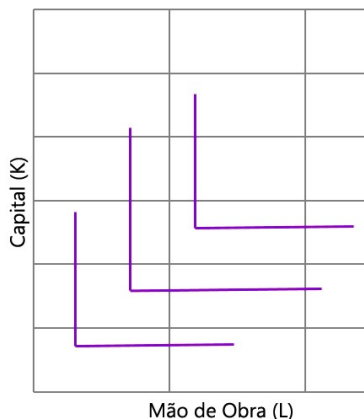
É sempre negativa e decrescente (basta pensar nas derivadas).

Geralmente no formato de Cobb-Douglas ou na forma de $Q(K, L) = K \times L$

Isoquantas Especiais

Proporções Fixas ou Função de Produção de Leontief

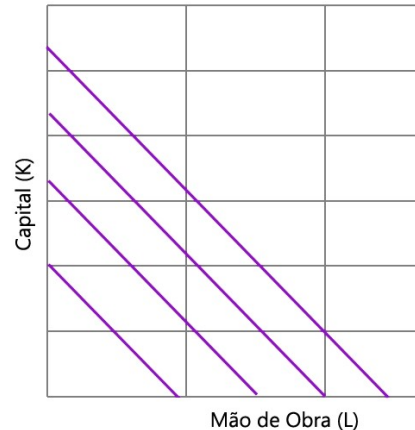
$$Q(K, L) = \min\{K, L\} \mid \text{TmgS}_T = \text{infinito}$$



NÃO permite a substituição entre FP

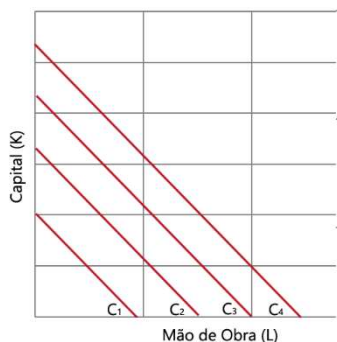
Substitutos Perfeitos (posso substituir um FP p/ outro)

$$Q(K, L) = aK + bL \mid \text{TmgS}_T = \text{constante}$$



ISOCUSTOS

Isocustos: todas as possíveis combinações de FP (geralmente K e L) que podem ser adquiridas a um CUSTO total **CONSTANTE**.



Matematicamente temos:

$$\text{Custo}(K, L) = cK + wL$$

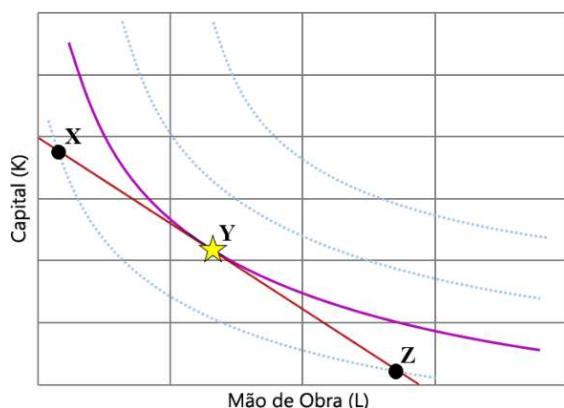
c: custo de uma unidade de capital

w: salário

A inclinação dessa curva é obtida por:

$$\text{Inclinação} = -\frac{w}{c}$$

EQUILÍBRIO NO LONGO PRAZO (MAXIMIZAÇÃO DA PRODUÇÃO)



CONSIDERAÇÕES

Isoquantas acima da rosa: são mais altas, portanto mais desejáveis, PORÉM estão fora do custo máximo que a empresa pode suportar.

Pontos X e Z: são pontos nos quais a isocusto se encontra com a isoquanta, PORÉM, por esta ser uma curva mais baixa, ela não é desejável.

Ponto Y: aqui está a escolha ótima (condição de tangência), uma vez que há **MÁXIMO de produção com MÍNIMO de custo**.

Atenção! Especialmente para a função do tipo Cobb-Douglas o ponto Y é encontrado pelas seguintes fórmulas:

$$L_Y = \frac{a}{a+b} \times \frac{m}{p_L}$$

$$K_Y = \frac{b}{a+b} \times \frac{m}{p_K}$$

Dado que:

$$Q(K, L) = L^a \cdot K^b$$

$$m = Lp_L + Kp_K$$

MINIMIZAR CUSTOS NO LONGO PRAZO

Costumeiramente as questões pedem a otimização da produção, como acima, ou seja, a função de Lagrange tem como **função restritiva a função custos** e com a **função a otimizar a função produção**. Todavia, em questões como [ESSA](#), pede-se a **minimização dos custos** a um dado nível de produção, ou seja, a **função restritiva é a função produção** e a função a **otimizar é a função custos**. O procedimento matemático (Lagrange) é o mesmo!

“Dualidade na Produção”: **MAX.** produção (dado nível de custos) = **MÍN.** custo (dado nível de produção)

RENDIMENTOS DE ESCALA

Rendimento Crescente (Economia de Escala)	(↑↑) FP = (↑↑↑↑↑↑↑↑) Produção	Na Cobb-Douglas, grau de homogeneidade > 1
Rendimento Constante (Retornos Constantes de Escala)	(↑↑) FP = (↑↑) Produção	Na Cobb-Douglas, grau de homogeneidade = 1
Rendimento Decrescente (Deseconomias de Escala)	(↑↑) FP = (↑) Produção	Na Cobb-Douglas, grau de homogeneidade < 1

*Grau de Homogeneidade = a + b

ESTRUTURAS DE MERCADO

A MAXIMIZAÇÃO DOS LUCROS

Em **TODAS as estruturas**, o objetivo da empresa é a **maximização dos lucros**, momento em que **ocorre o equilíbrio** (Teoria Neoclássica / Marginalista). Dado que **Lucro = Receita – Custos** e como Lucro, Receita e Custos são funções da quantidade, derivando $L(q)$ e igualando a 0, temos a maximização do lucro, de tal forma que:

$$L(q) = R(q) - C(q) \rightarrow \frac{\partial R}{\partial q} - \frac{\partial C}{\partial q} = 0 \rightarrow \frac{\partial R}{\partial q} = \frac{\partial C}{\partial q} \rightarrow \text{Maximização (TODAS): } R_{mg} = C_{mg}$$

- Se $R_{mg} = C_{mg}$: mantêm-se a produção (**lucro está maximizado**)
- Se $R_{mg} > C_{mg}$: aumenta-se produção (para aumentar lucro)
- Se $R_{mg} < C_{mg}$: diminui-se a produção (para aumentar lucro)

CLASSIFICAÇÕES DAS ESTRUTURAS

As estruturas de mercados são classificadas em “separadores”, quais sejam:

- Dificuldade (barreiras) em entrar e/ou sair do mercado
- Número de empresas no segmento
- Tipo de produto (único ou homogêneo = substitutos perfeitos ou diferenciado = substitutos próximos)

	Concorrência Imperfeita			
	Monopólio	Oligopólio	Concorrência Monopolística	Concorrência Perfeita
Barreiras a entrada e saída	MUITAS	ALGUMAS	NENHUMA	NENHUMA
Empresas	UMA	POUCAS	MUITAS	MUITAS
Produto	Único	Homogêneo ou Diferenciado	Diferenciado (não homogêneo)	Homogêneo
Equilíbrio	$R_{mg} = C_{mg}$	$R_{mg} = C_{mg}$	$\text{Preço} > R_{mg} = C_{mg}$	$\text{Preço} = R_{mg} = C_{mg}$
Lucro Econômico	-	Substancial no longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> CP: +, - ou nulo LP: NULO (normal) 	<ul style="list-style-type: none"> CP: +, - ou nulo LP: NULO (normal)
Outras Características	-	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Perfeita transparência de info Perfeita mobilidade de FP

Receita Média: para qualquer estrutura de mercado, a curva de Rme é igual à curva de demanda da empresa. No monopólio, a própria empresa é o mercado.

Obs: **Monopsônio** e **Oligopsônio** se diferenciam das demais pois levam em conta o número de compradores. No primeiro caso apenas um comprador (com poder de **determinar o preço que vai comprar**, dificultando entrada de novos compradores), já no segundo há poucos compradores.

CONCORRÊNCIA PERFEITA

Reunindo todas as características abaixo, um mercado em concorrência perfeita possui **eficiência econômica** na condição de **lucro econômico NULO** (por isso as empresas não gostam da concorrência perfeita).

Impessoalidade: são tantos produtores e consumidores que **não se pode falar em rivalidades diretas** (*vis-à-vis*).

Atomicidade: grande número de pequenos compradores e vendedores faz com que **nenhum deles influencie no preço. O mercado define o preço. Logo, empresas e consumidores são meros TOMADORES (aceitadores) de preços**. Assim, o PREÇO É DADO (fixo). Graficamente, a **curva de demanda individual é perfeitamente elástica**.



Produto Homogêneo (commodities): significa que o produto de uma empresa é, do ponto de vista dos consumidores, igual ao produto oferecido pelas outras empresas, i.e., os produtos são **substitutos perfeitos entre si**. Ex: uma laranja é uma laranja e um barril de petróleo é igual, seja ele produzido por A, B ou C.

Livre Mobilidade:

- Novas empresas podem entrar e sair do mercado livremente, sem grandes entraves.
- A todo o momento é possível a entrada ou saída de FP (recursos) no mercado..

Perfeito Conhecimento: todos os agentes do mercado (consumidores e empresas) têm acesso livre a toda a informação.

Receita: no **longo prazo**: $R_{mg} = R_{me} = \text{Preço}$

Custo: no **longo prazo**, $CT = CV$ e $C_{me} = CV_{me}$ e $C_{mg} = C_{me} = \text{Preço}$

Lucro: no CP pode ser positivo, negativo ou normal (nulo). No **longo prazo será sempre NULO** ($R_{me} = C_{me}$)

- Prejuízo MÁX, Cmg é decrescente** (derivada negativa)
- Lucro MÁX, Cmg é crescente** (derivada positiva)

Equilíbrio: na concorrência perfeita, $C_{mg} = R_{mg} = \text{Preço}$, sendo o **Cme o menor possível**.

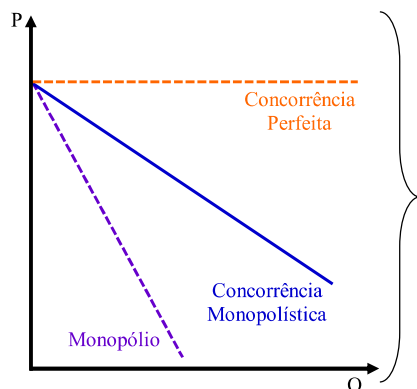
CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA

A característica especial da concorrência monopolística é a união entre **MUITOS vendedores e compradores** e **DIFERENCIAÇÃO¹ de produto** e **LIVRE** entrada e saída.

¹Produto Heterogêneo: cada empresa vende seu produto, que se **DIFERENCIA dos demais**, em termos de qualidade, aparência ou reputação percebida pelos consumidores. Ex: uma bolsa pode ser da Louis Vuitton ou da “25 de Março”. Ambas são bolsas, mas diferentes entre si. Há cervejas “de boteco” e “cervejas premium”.

Essa heterogeneidade faz com que esse mercado se **aproxime do Monopólio**, haja vista que cada empresa detém exclusividade sobre seu produto/marca.

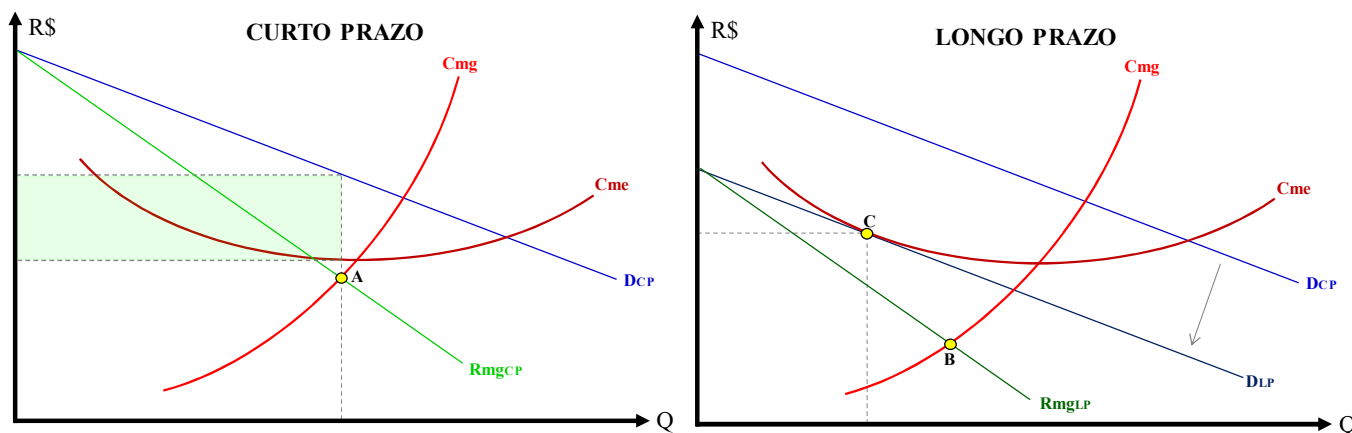
CURVA DE DEMANDA DA EMPRESA



Na concorrência monopolística há um meio termo no que tange à curva de demanda da empresa, tendo ela uma inclinação não tão acentuada como no monopólio, mas não tão elástica (horizontal) quanto na concorrência perfeita.

Sua elasticidade “intermediária” é explicada pelo fato de existir diversos produtos substitutos à disposição do consumidor

CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA NO CURTO E NO LONGO PRAZO



- Assim como em todas as estruturas de mercado, o equilíbrio ocorre quando $Rmg = Cmg$ (pontos A e B);
- Dada a inclinação negativa da curva de demanda, Rmg ficará abaixo, pois Rmg será **sempre menor** que o preço;
- No curto prazo há **lucro econômico positivo** (área verde), pois $P > Cme$;
- Por isso, há tendência à entrada de novas empresas, o que diminui a demanda da empresa (deslocamento da curva de demanda para baixo), até que se atinja **o ponto de equilíbrio no longo prazo** (B), quando a demanda tangencia o Cme (ponto C), ou seja, **lucro econômico nulo** (lucro normal);
- Diferentemente da concorrência perfeita, na monopolística o equilíbrio de longo prazo **não ocorre** no ponto de mínimo do Cme , ou seja, a empresa **opera com excesso de capacidade**, *i.e.*, **há ociosidade** (ela é incapaz de minimizar seu Cme);
- Por operar a preços superiores ao Cmg , o mercado de **concorrência monopolística é INEFICIENTE do ponto de vista econômico**;

MONOPÓLIO

DISCRIMINAÇÃO DE PREÇOS

Conceito: é a prática de cobrar **preços diferentes** de **diferentes consumidores** ou **grupos** de consumidores com o intuito de **capturar seu excedente** (evita a perda de excedente do consumidor), **reduzindo ineficiência** que haveria se fosse preço único.

- A discriminação de preços de **primeiro grau ou perfeita** significa que o **preço pode diferir de pessoa para pessoa**, pois é definido pelo PREÇO DE RESERVA (é o valor que o consumidor está DISPOSTO a pagar).
- A discriminação de preços de **segundo grau ou no pacote** ocorre baseada na QUANTIDADE consumida pelo consumidor (EX: “Leve 3, pague 2”)
- A discriminação de preço de **terceiro grau ou por grupos** consiste em dividir os consumidores por GRUPOS e cobrar diferentes preços para cada grupo (EX: meia entrada; idosos; gestantes, etc.)

OLIGOPÓLIO

É um mercado no qual, *apesar da possibilidade de haver várias empresas*, apenas uma **PEQUENA quantidade delas o domina** OU, em virtude dos **entraves à entrada de novas empresas, POUCAS FIRMAS o compõem**. Ex: indústria automotiva; bancos comerciais; cervejarias; etc. Assim, **não basta olhar apenas para o nº de empresas**, pois, por maior que seja, pode existir uma demanda suficiente que exija uma oferta maior.

Por haver um **pequeno número de empresas**, as **diferentes estratégias tomadas por uma afetam diretamente as demais**. A depender dessas estratégias, surgem diferentes tipos de oligopólios. Para fins de análise, considera-se:

- **Duopólio** (apenas duas firmas);
- Produtos **homogêneos**;
- A empresa **só controla uma variável** (Preço ou Quantidade), **SEM CONLUIO**;
- Decisões são **SIMULTÂNEAS**.

Modelo de Cournot Concorrência via quantidades	<p>As empresas decidem simultaneamente o QUANTO vão produzir considerando que seu <u>RIVAL manterá FIXA sua PRODUÇÃO</u>.</p> <p>Resultados no equilíbrio de mercado</p> <p>a) Preços: maiores que na concorrência perfeita e menores que no monopólio</p> <p>b) Quantid.: menores que na concorrência perfeita e maiores que no monopólio</p>
Modelo de Bertrand Concorrência via preços	<p>As empresas decidem simultaneamente seus PREÇOS, considerando que seu <u>RIVAL NÃO mudará seu PREÇO</u>, porém, não é isso que ocorre, e começa então uma guerra de preços (A abaixa, B abaixa, A abaixa mais, B abaixa mais, e assim vai...).</p> <p>No equilíbrio de mercado esse processo iterativo ocorre até que o PREÇO seja igual ao na Concorrência Perfeita ($P = C_{mg}$), quando deixa de ser sustentável abaixar os preços.</p>

OUTROS MODELOS

Oligopólio de Stackelberg	<p>Há relação assimétrica, na qual a empresa de maior poder (LÍDER de mercado) toma as decisões de produção (QUANTIDADE) antes da outra ("seguidora / satélite").</p> <p>Dessa forma, NÃO há simultaneidade, já que a seguidora tomará suas decisões com base (após) na decisão da líder. Isso é positivo para a líder, já que em suas próximas decisões ela saberá exatamente como a concorrente irá reagir.</p>
Cartel	<p>Acontece quando as empresas que produzem bens similares em um oligopólio cooperam entre si, de forma a aumentar os preços e reduzir a produção, ou seja, elas se comportam como um MONOPÓLIO, maximizando o lucro de TODAS.</p>

Demanda Quebrada: modelo que explica **rigidez de preços**. A empresa **não aumenta o seu preço** exatamente **porque não será acompanhada das concorrentes**, o que faria com que seus consumidores migrassem para os concorrentes. Quanto **maiores os preços, mais elástica vai ficando a curva de demanda**.

EFICIÊNCIA ECONÔMICA

EFICIÊNCIA ECONÔMICA

Eficiência Alocativa: é a escolha do **QUÊ e QUANTO** produzir.

Eficiência Produtiva: produzir o **MÁXIMO** com o **MÍNIMO** possível – relacionada c/ **COMO** produzir;

Eficiência Distributiva: é a escolha sobre **para QUEM** vou produzir;

EFICIÊNCIA DE PARETO

Eficiência de Pareto: é o **estado de alocação de recursos** em que é **IMPOSSÍVEL** realocá-los tal que a **situação de qualquer participante seja melhorada sem piorar a situação individual de outro**. **NÃO** há espaço para implantar melhorias de Pareto¹.

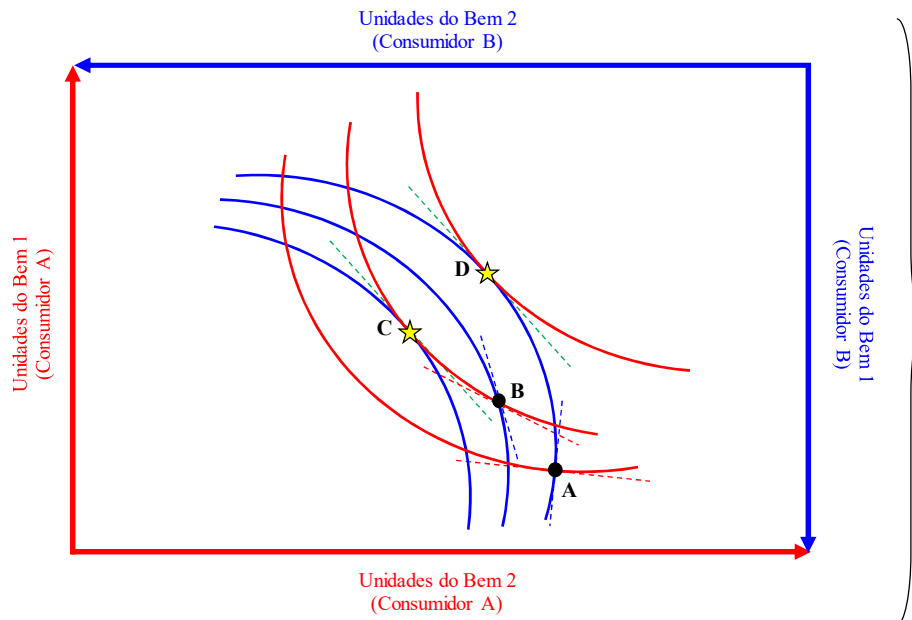
¹Melhoria de Pareto: ocorre apenas na **situação em que haja INEFICIÊNCIA** de Pareto, é a melhora na situação de um **sem piorar** a dos outros.

Cuidado! Eficiência de Pareto **NÃO** necessariamente se relaciona com equidade / justiça.

EFICIÊNCIA NAS TROCAS

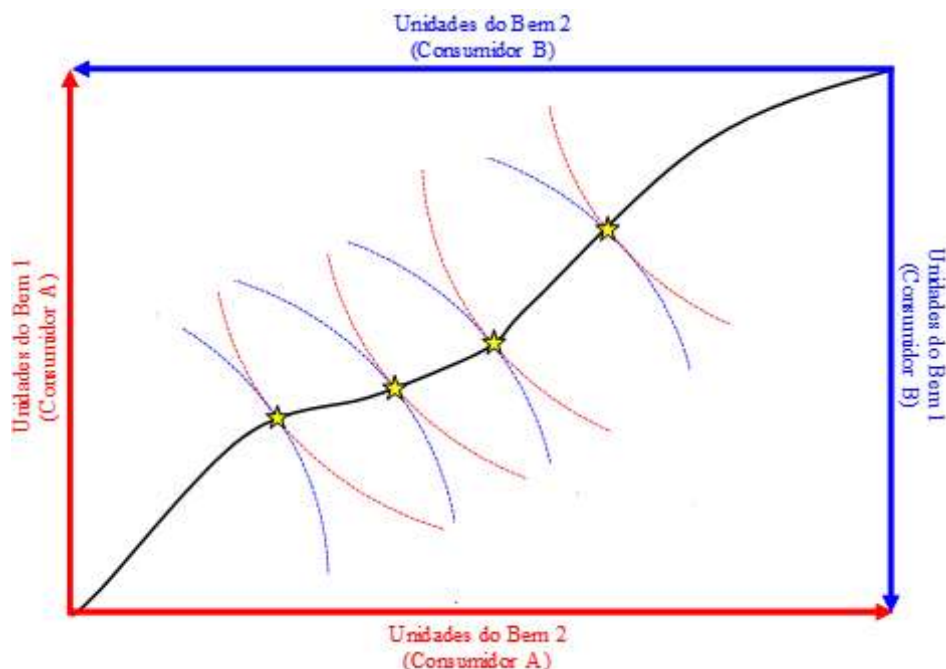
Eficiência nas Trocas (relacionada com a Teoria do Consumidor): quando as **TMgS de dois consumidores forem diferentes**, há possibilidade de trocas **mutuamente benéficas** (a distribuição dos recursos não está eficiente). A partir do momento que se realizam essas trocas, chega-se a um ponto no qual as **TMgS se igualam**, i.e., não há mais como melhorar a situação de um sem piorar a de outro. Portanto, **TMgS IGUAIS é condição obrigatória do Ótimo de Pareto**. Graficamente isso é visto na “Caixa de Edgeworth”.

Caixa de Edgeworth



A TMgS é representada pelas linhas pontilhadas. Veja que no ponto A as retas que o cruzam não são coincidentes, portanto, a distribuição não está eficiente. Já no ponto C as curvas da TMgS do consumidor A e B são coincidentes, havendo ali um ponto de ótimo de Pareto. A mesma análise se aplica aos pontos B e D.

Curva de Contrato



A união de todos os pontos que formam os possíveis Ótimos de Pareto é chamada de **Curva de Contrato**, ou seja, ela liga todos as situações nas quais as TMgS são iguais.

Primeiro Teorema do Bem-Estar: estabelece que **todo equilíbrio concorrencial é eficiente no sentido de Pareto**. Para que esse teorema seja válido, é necessário supor que:

- As informações sejam perfeitas;
- Todos os agentes são tomadores de preços;
- Os consumidores busquem a maximização do próprio bem-estar;

- O mercado seja estritamente privado;
- Não haja presença de externalidades;
- As curvas de indiferença podem ser convexas ou côncavas.

Concorrência Perfeita	$R_{mg} = P$	$C_{mg} = P$	Oferta = Demanda	Eficiência Econômica	Ótimo de Pareto
Monopólio, Oligopólio e outros	$R_{mg} < P$	$C_{mg} < P$	Perda líquida de excedentes	Peso Morto	Ineficiência Econômica

Segundo Teorema do Bem-Estar: **desde que** as preferências sejam convexas, para **qualquer nível de Pareto Ótimo** (cada ponto na Curva de Contrato) **corresponde a um equilíbrio competitivo** nesse mercado.

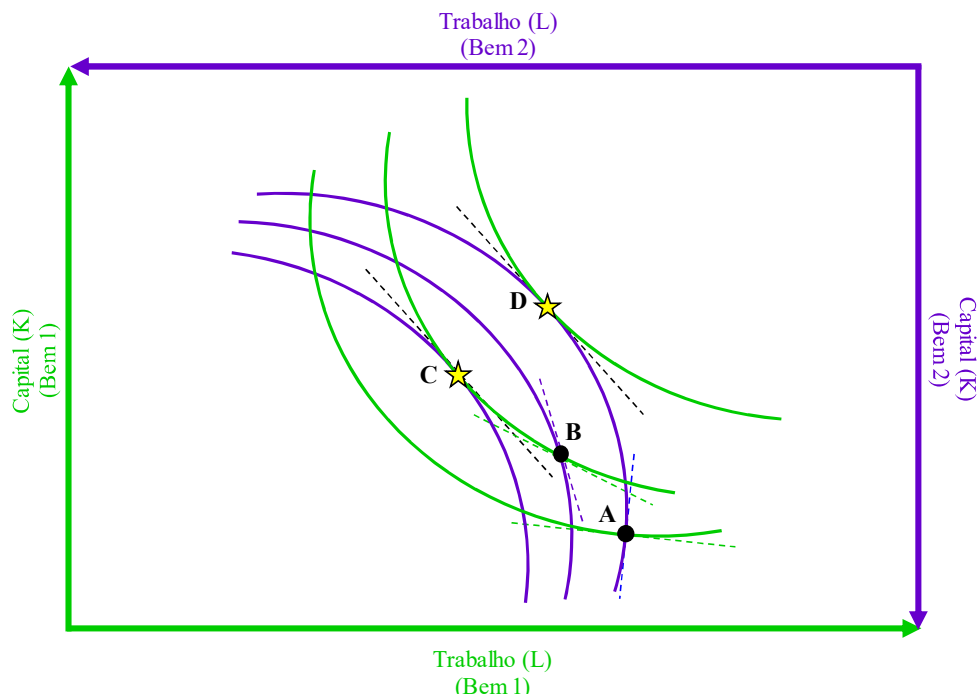
Equidade vs Eficiência

Veja que **em todos os pontos da Curva de Contrato há eficiência econômica, PORÉM, em cada um desses pontos a distribuição de bens é diferente entre os indivíduos**. Percebe que, quanto mais se move diagonalmente e para cima mais bens o Consumidor A tem e menos bens o Consumidor B tem e vice-versa. Assim: **Equidade \neq Eficiência**. É possível aumentar a equidade mantendo-se a eficiência? Sim!

EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO

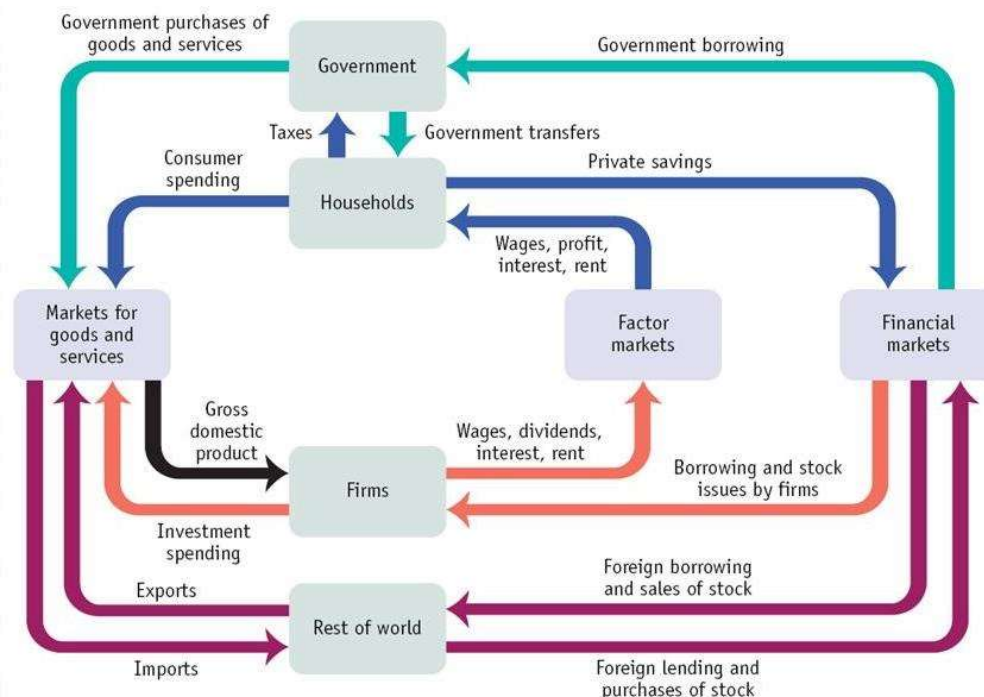
TROCAS	PRODUÇÃO
Curvas de Indiferença	Isoquantas
Dois Consumidores	Dois Bens Produzidos
Consumo de dois Bens	Utilização de dois FP

Eficiência na Produção (relacionada com a Teoria da Produção): quando é possível **produzir o máximo de um bem sem reduzir a produção de outro**, isto é, quando a **economia se encontra sobre a sua CPP**. A lógica de análise é exatamente a mesma feita na Eficiência das Trocas. Abaixo, a Caixa de Edgeworth:



FINANÇAS PÚBLICAS

FLUXO CIRCULAR DA RENDA EXPANDIDO



FUNÇÕES DO GOVERNO NA ECONOMIA

FUNÇÃO ALOCATIVA: promoção de ajustamentos na alocação de recursos (= provisão de bens / serviços de utilidade pública e intervenção governamental nos mercados imperfeitos).

FUNÇÃO REDISTRIBUTIVA / DISTRIBUTIVA: ajustes na distribuição de renda ("função Robin Hood, ou seja, tirar do rico e dar ao pobre"). Está associada à tributação progressiva, subsídios, transf., salário mínimo e renúncias fiscais.

FUNÇÃO ESTABILIZADORA: manter a **estabilidade econômica com alto nível de emprego e preços estáveis** (inflação controlada). Utiliza-se as **políticas macroeconômicas (FISCAL e MONETÁRIA)**, associadas ao emprego, renda, inflação, taxa de câmbio, contas externas, endividamento, juros, etc.

FUNÇÃO ALOCATIVA - FALHAS DE MERCADO

Eficiência Econômica: conceito teórico. Ocorre quando não há possibilidade de melhorar a situação de um agente sem que se piore a situação de outro (= **momento Ótimo de Pareto**). Atinge-se essa eficiência econômica nos **mercados competitivos (concorrência perfeita)**, sobre os quais o **Governo não precisa fazer qualquer intervenção**.

Por outro lado, os mercados imperfeitos (ineficientes) são aqueles que possuem **FALHAS DE MERCADO**, que requerem atuação do Estado, pois **o mercado (Oferta x Demanda) NÃO consegue atuar de maneira eficiente**.

As falhas de mercado são:

- a) ★ Externalidades
- b) ★ Bens públicos
- c) Falhas de informação
- d) Mercados incompletos
- e) Riscos pesados
- f) Falhas na competição (poder de mercado)
- g) Existência de desemprego e inflação

EXTERNALIDADES

São os **EFEITOS** das ações de um agente econômico que **recaem sobre outros agentes** que não participam da ação.

Externalidades Positivas (economias externas): ocorre quando a ação individual gera, involuntariamente, um benefício para a sociedade. Por conseguinte, essas ações devem ser incentivadas.

- **Benefícios Sociais > Benefícios Privados** OU **Custo Social < Custo Privado**

Ex: agricultura e redução da inflação: altas produções geram altas ofertas e, *coeteris paribus*, tendem a reduzir o preço dos produtos (reduzindo inflação). O Governo poderia, por exemplo, **subsidiar** a produção para **incentivar a produção** e consequentemente **umentar sua oferta**.

Externalidades Negativas (deseconomias externas): por outro lado, ocorre quando uma ação individual gera um custo social. Por conseguinte, essas ações devem ser desincentivadas.

- **Custos Sociais > Custos Privados** OU **Benefícios Sociais < Benefícios Privados**

Ex: emissão de poluentes: indústrias geram, naturalmente, poluição (prejudicial à saúde pública). O governo poderia, por exemplo, impor **impostos e multas** (aumento do custo, logo do preço), **desincentivando a produção** e **reduzindo a oferta**.

CAUSAS DAS EXTERNALIDADES

1- **Ausência de direitos de propriedade:** a lógica fundamental aqui é pensar que, se eu não tenho o “sentimento” de que aquele bem é meu, não terei preocupação em cuidar dele. “*A tragédia dos comuns*”.

EX: imagine que todos os carros fossem públicos. Não tendo o “sentimento” de que aquilo é seu, não haverá a preocupação em fazer sua manutenção. Por outro lado, isso gera um prejuízo (externalidade negativa) para outras pessoas que dele também usam, já que podem pegar um carro com freio estragado, por exemplo.

2- **Custos de Transação:** o **Teorema de Coase** diz que, independente da forma pela qual os direitos de propriedade sejam alocados, a **alocação de recursos será eficiente** quando as partes puderem **negociar SEM CUSTO**.

Ou seja, quando **não houver** custos de transação, os agentes privados podem resolver por si sós o problema das externalidades negativas e chegar a um acordo no qual todos fiquem numa situação melhor e o resultado, após a negociação, seja a eficiência econômica.

BENS PÚBLICOS

NÃO RIVAL

É dizer que o bem é indivisível ou não disputável, ou seja, **uma vez que o bem está disponível**, o CMg de provê-lo, p/ um indivíduo adicional, é 0.

EX: **rodovia** - se 1 ou 20 pessoas vão utilizá-la, o custo de produção é o mesmo ou seja, não há custo marginal (adicional) de produção.

NÃO EXCLUDENTES

Indivíduos não podem ser privados do usufruto do bem e/ou serviço, mesmo se não o tiverem financiado. A **utilização por uma pessoa não elimina a utilização por outra**.

Exemplos de bem público:

- Rodovias
- Iluminação
- Segurança
- Defesa Nacional

Por que os bens públicos são falhas de mercado? A **falha de mercado** acontece exatamente porque, **como todos usufruem** do bem, **não há como o governo mensurar o quanto cada indivíduo usa** o bem e assim, tributá-lo. Mas todos usam. Até quem não é tributado (*free riders*).

	EXCLUDENTE	NÃO EXCLUDENTE
RIVAL	Bem PRIVADO	Recursos Comuns
NÃO RIVAL	Monopólio Natural	Bem PÚBLICO PURO

Bens **SEMI-públicos**: possuem apenas uma das características acima;

- Bens meritórios:** são os de característica privada, produzidos pelo setor público (EX: SAÚDE e EDUCAÇÃO);
- Bens demeritórios:** são os que o governo considera “nocivos”, e, portanto, inibe sua produção (EX: drogas).

INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS (ENTRE AS PARTES)

Ocorre quando **dois** ou **mais** agentes econômicos estabelecem entre si uma transação com **uma das partes envolvidas detendo informações que qualificam ou quantitativa superiores aos da outra** parte. São 2 momentos:

PRÉ-contratual: Seleção Adversa Chance de a escolha não ter a qualidade desejada , pois uma das partes não conhece a procedência , gerando uma desconfiança pela parte com menor conhecimento. SOLUÇÕES: questionários, certificados de qualidade, garantias, taxas de juros, multas, etc. Ex: compra de automóvel usado; seguro de saúde (a pessoa pode omitir que tem uma doença).	-CONTRATO-	PÓS-contratual: Risco Moral (<i>moral hazard</i>) Uma parte de uma negociação toma decisões que um parceiro não observa . Isso pode afetar os benefícios que esse parceiro recebe. SOLUÇÕES: monitoramento, incentivos e franquias, que induzem comportamentos desejados. Ex: seguros de carros (a pessoa fica desleixada depois de fechar o seguro) e salário eficiência.
--	------------	--

A TEORIA DA AGÊNCIA

Surge quando alguém (principal) deseja alcançar determinado objetivo e para tanto delega a outrem (agente) o poder de decisão como um meio de atingir esse objetivo. O **problema surge** quando o **agente persegue seu próprio objetivo**, e não o do principal.

Ex: Eu (principal) contrato um pintor (agente) para que pinte minha sala (objetivo). O agente, porém, faz o trabalho de qualquer forma, apenas para receber seu dinheiro.

Desafios do principal: separar os tipos de agentes - bons e ruins - (**Seleção Adversa**), e em seguida manter o nível de esforço do agente (**Risco Moral**).

OUTRAS FALHA DE MERCADO (MENOS COBRADAS EM PROVAS)

Poder de Mercado	Em mercados competitivos (atomizados) há muitos produtores e muitos consumidores, sendo o preço definido apenas pela oferta e demanda, porém: FALHA: nos <u>mercados não competitivos</u> (oligopólios e monopólios) as empresas possuem o poder de determinar preços e quantidades. SOLUÇÕES: o governo deve combatê-los, por exemplo, por meio <u>da regulação dos mercados</u> (Ag. Reguladoras); <u>limitação fusões e aquisições</u> (Cade); etc.
Monopólio Natural	Ocorre quando CUSTOS FIXOS são elevados , pelo que apenas 1 firma deveria operar no mercado e assim obter rendimentos de escala ; SOLUÇÕES: deste modo, na impossibilidade de concorrência, o <u>governo deve regular</u> este mercado ou <u>assumir a responsabilidade</u> pela produção. Ex: distribuidoras de energia, água e esgoto, etc.
Mercados Incompletos	Há PESSOAS DEMANDANDO produtos e serviços, mas as empresas NÃO OS OFERTAM , <i>ainda que</i> seu custo esteja abaixo do preço que consumidores estariam dispostos a pagar. FALHA: ocorre porque o ambiente econômico, político, social, creditício, etc. é instável. SOLUÇÕES: o governo deve oferecer linhas de crédito , como faz o Bndes; assumir diretamente o fornecimento do bem / serviço; fomentar o setor privado, etc.
Desemprego Inflação	Nesse caso, o combate pode ser feito tanto na Política Alocativa quanto na Estabilizadora: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Alocativa: é uma intervenção direta do governo ▪ Estabilizadora: via políticas macroeconômicas do governo
Riscos Pesados	São operações arriscadas, o que inibe o investimento por parte das empresas. O governo atua no sentido reduzir / suavizar o risco. Ex: indústrias farmacêuticas gastam milhões em pesquisas e, como contrapartida, o governo concede patentes de uso exclusivo , por exemplo, por 15 anos.

FUNÇÃO DISTRIBUTIVA - TRIBUTAÇÃO

O Governo possui diversas formas de se financiar, sendo:

- Emissão de moeda – instrumento inflacionário
- Lançamento de Títulos Públicos (interno) e Empréstimos (externos)
- Tributação** – principal meio de obtenção de recursos e de promoção de ajustes sociais e econômicos

PRINCÍPIOS DA TRIBUTAÇÃO

NEUTRALIDADE: tributos devem ser escolhidos de forma a **MINIMIZAR sua interferência no mercado**, ou seja, a tributação **não deve alterar os preços relativos** dos bens. Dentro desta lógica, há dois tipos de impostos:

Lump-sum tax: **tributo FIXO per capita, independentemente da renda** ou da **quantidade** consumida (mesmo que zero). Por não alterar a escolha do consumidor (pois se ele consome 10 ou 1000, ganha 5 ou 5000, pagará o mesmo tanto), trata-se de **tributo NEUTRO e EFICIENTE, afetando positivamente a eficiência alocativa**.

Excise tax: **tributação no PREÇO**. Geralmente incidem numa **faixa restrita de bens e serviços**; possuem **altas alíquotas**; e são tipicamente unitários (diferentemente dos IVAs, tipicamente *ad valorem*). Exemplos clássicos do “excise tax” são os incidentes sobre **combustíveis, bebidas e fumo**.

Importante! Se o consumidor não adquire qualquer quantidade do bem a ser tributado, ele preferirá o *excise tax* (afinal, não pagará tributo). Se as curvas de indiferença forem **BEM comportadas, ele preferirá o lump-sum**. Caso sejam em **L ou “quebradas”, ele será indiferente entre lump-sum OU excise**.

EQUIDADE: a distribuição do ônus deve ser equitativa entre os diversos indivíduos. Subdivide-se em:

Capacidade Contributiva: cada um deveria ser taxado de acordo com sua **capacidade individual para pagar**.

- Equidade Horizontal:** indivíduos com **capacidades iguais** devem pagar o **mesmo montante**
- Equidade Vertical:** indivíduos com **capacidades diferentes** devem pagar **montantes diferentes**

Princípio do Benefício: ônus repartido entre indivíduos **de acordo com o benefício que cada um recebe** em relação aos bens/serviços prestados pelo governo – **Problema:** Como mensurar individualmente???

TIPOS DE TRIBUTOS

PROGRESSIVOS: alíquota é **VARIÁVEL** conforme o **valor da matéria tributável**. É o caso do **IRPF**. Respeita **ambas equidades** (HORIZ. + VERT.).

Faixa Alíquota

Até \$1.000 → 10%

Até \$2.000 → 20%

\$2.000 + → 25%

A pessoa paga conforme *suas faixas*. Ex: renda de \$3.500:

\$1.000 × 10% (sobram \$2.500)

\$1.000 × 20% (sobram \$1.500)

\$1.500 × 25%

Total pago: \$675

Alíquota efetiva: 19,28%

X

REGRESSIVOS: a alíquota efetiva **DIMINUI** à proporção que os valores sobre os quais incide são maiores. Geralmente estão nos tributos indiretos.

Basta pensar no caso do ICMS.

Supondo num bem de \$1.000 com 17% de ICMS:

-Valor do bem: \$830

-ICMS (por dentro): \$170

Para duas rendas diferentes, de \$5.000 e \$20.000, a **%EFETIVA** (impacto na renda):

$R_1: 170 \div 5.000 = 3,4\%$

$R_2: 170 \div 20.000 = 0,85\%$

O “mais pobre” paga % mais!

X

PROPORCIONAIS: alíquota é **IGUAL** para **QUALQUER matéria tributável**. Respeita **SOMENTE a equidade horizontal**.

Faixa Alíquota

Até \$1.000 → 10%

Até \$2.000 → 10%

\$2.000 + → 10%

Para todos os casos, a renda líquida que sobra é 90% da renda original!

DIRETOS: São os tributos que os governos arrecadam sobre o **PATRIMÔNIO** e **RENDA**. São considerados impostos diretos, pois o governo arrecada diretamente dos cidadãos.

Ex: IPVA, IPTU, IRPF, etc.

X

INDIRETOS: São os tributos que incidem sobre os **PRODUTOS** e **SERVIÇOS**. São cobrados de produtores e comerciantes, porém acabam **atingindo indiretamente os consumidores**, pois são repassados para os preços.

Ex: ICMS, ISS, IPI, etc.

ESPECÍFICOS (ad rem): é a cobrança de um **valor específico** para cada **UNIDADE**.

Ex: R\$ 0,15/L de CIDE-Combustíveis

X

AD VALOREM: incidem diretamente sobre o valor do consumo através de um **ALÍQUOTA**.

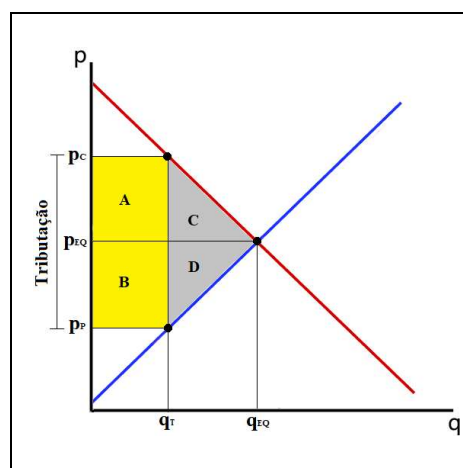
Ex: 17% de ICMS sobre cabos elétricos.

TRIBUTAÇÃO ÓTIMA DE MERCADORIAS

A **incidência tributária nada mais é do que uma alteração no preço de determinado bem**. Para compreender o estudo da tributação deve-se ter em mente conceitos de microeconomia, especialmente:

- A curva de Oferta x Demanda
- Elasticidade (conceito **mais importante**) – E_{PD} e E_{PO}
- Excedente do Produtor x Excedente do Consumidor

AVALIAÇÃO GRÁFICA DA INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA



Do ponto de vista da **eficiência econômica** a tributação reduz o nível de produção. Do ponto de **vista social**, haverá um custo denominado perda de peso morto ou excesso de gravame (= área C + D)

Ganho do Governo: parte vem dos consumidores (Área A) e a outra parte vem dos produtores (Área B).

Perda do Consumidor: consumidor perde, além da Área A, a Área C, uma vez que, com o aumento do preço, a quantidade produzida diminuiu.

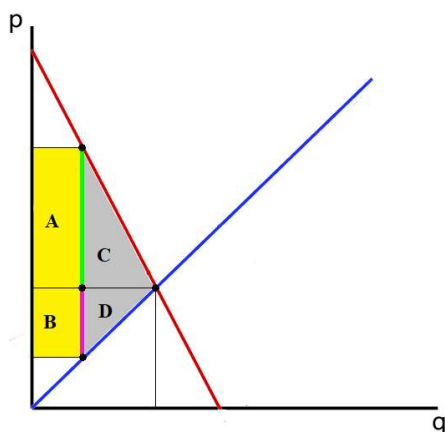
Perda do Produtor: produtor perde, além da Área B, a Área D, uma vez que ele não consegue produzir além de q_T

O que é a Tributação Ótima de Mercadorias? É a tributação com a qual o Governo ganha mais, mas que ao mesmo tempo haja a **MENOR** perda de peso morto (custo social)

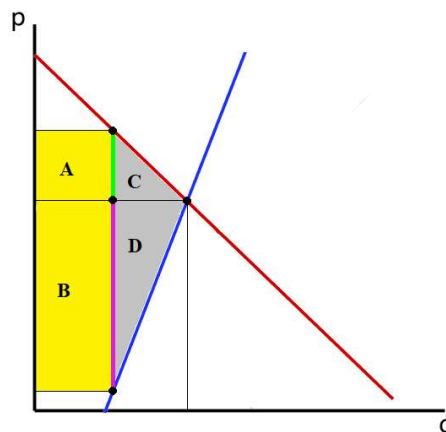
ELASTICIDADES E TRIBUTAÇÃO

As elasticidades determinam a INEFICIÊNCIA do tributo: quanto **MAIORES as elasticidades** da Demanda/Oferta, **MAIOR será o peso morto**. Por outro lado, quanto **MENORES as elasticidades** Demanda/Oferta, **MENOR será o peso morto**.

Oferta elástica | Demanda inelástica



Oferta inelástica | Demanda elástica



Dessa forma, se o governo se preocupa com a eficiência (\neq equidade), a regra da tributação ótima é **tributar o quanto possível os bens mais INELÁSTICOS** (geralmente são os bens mais essenciais). Dessa forma, a tendência é o uso de um sistema regressivo.

ALÍQUOTA ÓTIMA – REGRA DE RAMSEY

τ – alíquota ótima

$$\tau = \frac{\lambda}{|E_{pd}|}$$

----- λ – valor da receita governamental adicional

----- E_{pd} – elasticidade preço da demanda

Regra para a fixação de tributos

- **Regra da Elasticidade Invertida:** tributar mais o que tem menor elasticidade.
- **Regra da Base Ampla (suavização da tributação):** ao invés de tributar muito poucos produtos, tributa-se menos uma maior quantidade de produtos, gerando uma menor perda de peso morto.

A Regra de Ramsey está **100% focada na EFICIÊNCIA**, portanto não olha quem está pagando / essencialidade do bem tributado, ou seja, **ignora a equidade**. Um **sistema tributário eficiente não é necessariamente justo**, de forma que, quando o governo tenta torna-lo mais equânime, enfrenta-se um *trade-off*, pois ele acaba tendo que tolerar uma perda de eficiência econômica.

CÁLCULO DA REPARTIÇÃO DO ÔNUS TRIBUTÁRIO

Pressupostos:

- Mercado em concorrência perfeita.
- Tributo sobre VENDAS (qualquer imposto sobre vendas alterará apenas a função de OFERTA do bem).

Tipo de Tributo	Novo preço na função oferta
Específico	$P - T_s$
Ad valorem por dentro	$P \times (1 - T_{\%})$
Ad valorem por fora	$\frac{P}{(1 + T_{\%})}$

EXEMPLO NUMÉRICO: Sejam $S = -400 + 400p$ a curva de oferta e $D = 5000 - 500p$ a curva de demanda, calcule:

1 - O preço (P_E) e a quantidade (Q_E) de equilíbrio: para tanto, basta igualar as equações:

Igualando $S = D$: $-400 + 400p = 5000 - 500p \rightarrow P_E = \$6,00$

Substituindo p em qualquer das equações: $-400 + 400 \cdot 6 \rightarrow Q_E = 2.000$

2 - Novo preço e nova quantidade pós **tributação**, arrecadação do governo e repartição do ônus para os diversos tipos de tributos:

Preço e Quantidade c/ Tributação: conforme o pressuposto (b), basta substituir os novos valores de “ p ” (*vide tabela*) nas **funções de OFERTA** e igualar à equação da demanda (que não se altera):

Específico $T = 0,9$ $\Rightarrow -400 + 400 \cdot (p - T) = 5000 - 500p \rightarrow P_T = 6,40 \mid Q_T = 1800$

ad valorem por dentro $T = 10\%$ $\Rightarrow -400 + 400 \cdot (1 - T) = 5000 - 500p \rightarrow P_T = 6,28 \mid Q_T = 1860$

ad valorem por fora $T = 10\%$ $\Rightarrow -400 + 400 \cdot (1 + T) = 5000 - 500p \rightarrow P_T = 6,25 \mid Q_T = 1875$

Arrecadação do Governo: é o valor do imposto *multiplicado* pela quantidade vendida, assim:

Específico $T = 0,9$ $\Rightarrow 0,9 \cdot 1800 = 1620$

ad valorem por dentro $T = 10\%$ $\Rightarrow 0,628 \cdot 1860 = 1168$

ad valorem por fora $T = 10\%$ $\Rightarrow x \cdot 1,1 = 6,25 \therefore x = 5,682 \mid T = 5,682 \cdot 0,1 = 0,5682 \mid 0,5682 \cdot 1875 = 1065$

Repartição do Ônus Tributário: Ônus Consumidor = $P_T - P_E$ | Ônus Produtor = $T - (\text{ônus consumidor})$

Específico $T = 0,9$

- Para o consumidor será: $P_T - P_E = 6,40 - 6,00 = 0,40$
- Para o produtor será: $T - (\text{ônus consumidor}) = 0,90 - 0,40 = 0,50$

ad valorem por dentro $T = 10\%$

- Para o consumidor será: $P_T - P_E = 6,28 - 6,00 = 0,28$
- Para o produtor será: $T - \text{ônus consumidor} = 0,628 - 0,28 = 0,348$

ad valorem por fora $T = 10\%$

- Para o consumidor será: $P_T - P_E = 6,25 - 6,00 = 0,25$
- Para o produtor será: $T - \text{ônus consumidor} = 0,5682 - 0,25 = 0,318$

Tipo de Imposto	P_T	Q_T	Arrecadação Governo	Ônus Consumidor	Ônus Produtor
Específico $T = 0,9$	\$6,40	1800	\$1.620	\$0,40 / unid.	\$0,50 / unid.
<i>ad valorem</i> por dentro $T = 10\%$	\$6,28	1860	\$1.168	\$0,28 / unid.	\$0,348 / unid.
<i>ad valorem</i> por fora $T = 10\%$	\$6,25	1875	\$1.065	\$0,25 / unid.	\$0,318 / unid.

ALÍQUOTA MÉDIA E ALÍQUOTA MARGINAL

Alíquota Média: total de tributo pago *dividido* pela renda total. Mede o **sacrifício do contribuinte**, pois ela diz o quanto da renda é sacrificado.

Alíquota Marginal: é o tributo adicional pago para cada \$1,00 adicional de renda. É o caso clássico do IRPF brasileiro. É responsável por **distorcer as ações do agente** (desincentiva o aumento da renda). Determina o peso morto do tributo.

Para eliminar o efeito do peso morto do tributo, o governo poderia instituir um *lump-sum tax*, o que tornaria o sistema tributário **eficiente**, PORÉM **se ignora a equidade** (já que pessoas com rendas diferentes pagam igual).

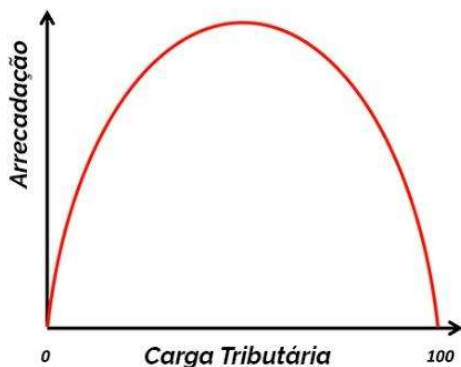
Ilustrando: para uma renda de R\$ 4.000

Faixa	Alíquota	Tributo	"Amortizado"	"A amortizar"	<u>Alíq. Média</u>	<u>Alíq. Marginal</u>
até 1.000	10%	100	1.000	3.000	= 750/4.000 = 18,75%	= 25% A cada \$1,00 a mais, pago \$0,25
1.000 a 2.999	20%	400	2.000	1.000		
acima de 3.000	25%	250	1.000	0		

Comportamento das Alíquotas nos Sistemas Progressivos e Regressivos

	ALÍQUOTA MÉDIA	ALÍQUOTA MARGINAL
Sistema Progressivo	CRESCE quando a <u>renda cresce</u> aumenta <i>menos</i> que a marginal	CRESCE quando a <u>renda cresce</u> (= IRPF) <u>Desincentivo</u> ao aumento de renda
Sistema Regressivo	DECRESCER quando a <u>renda cresce</u> reduz <i>menos</i> que a marginal	DECRESCER quando a <u>renda cresce</u> (= <i>lump sum</i>) <u>Incentivo</u> ao aumento de renda

A CURVA DE LAFFER



A Curva de Laffer representa graficamente a **relação** entre a CARGA TRIBUTÁRIA e o TOTAL ARRECADADO pelo governo. Ela pode ser separada basicamente em 3 regiões:

- 1) "Subida": até o ponto mais alto da curva, uma elevação na carga tributária aumenta a arrecadação;
- 2) "Pico": no ponto mais alto da curva, a arrecadação é máxima. Teoricamente é o ponto que os governos buscam.
- 3) "Descida": à direita do ponto máximo um aumento da arrecadação provoca um efeito contrário, REDUZIDO a arrecadação. Isso ocorre por diversos fatores, como a fuga de capitais, por exemplo.



Se você ainda ficou confuso(a), veja esse vídeo de pouco mais de 8 minutos que explica basicamente o que você precisará saber sobre esse (importante) tópico. **Clique no ícone ao lado.**

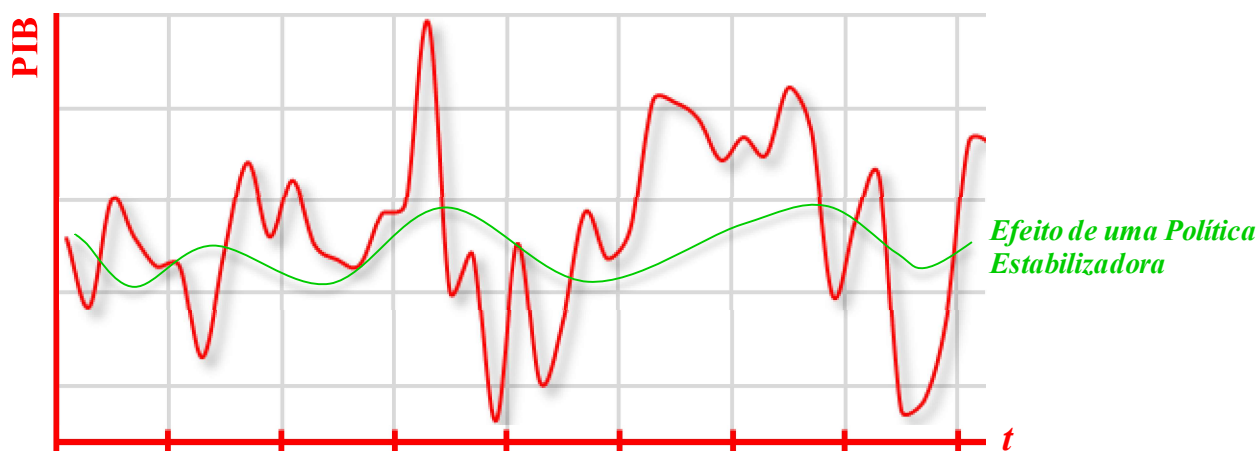
CURVA DE LAFFER X IMPOSTO DE RENDA

Uma vez **aumentada** a alíquota do IR, temos, primariamente, 2 efeitos:

- **Efeito Substituição (ES):** não vale a pena aumentar a renda, pois o Governo irá me tributar de forma mais agressiva, ou seja, ganharei, marginalmente, menos. Logo **troco trabalho por lazer**.
- **Efeito Renda (ER):** à medida que eu fico “mais pobre”, quero trabalhar mais. Por outro lado, os “mais ricos” tendem a **querer trabalhar menos**, de forma que:
 - a) Mais pobres: $ES < ER$
 - b) Mais ricos: $ES > ER$

FUNÇÃO ESTABILIZADORA OU ANTICÍCLICA

É exercida por meio de instrumentos de **política FISCAL (gastos/tributação)** e **política MONETÁRIA (política de crédito, oferta e demanda de moeda e nível de juros)**, procurando **minimizar** os efeitos dos ciclos econômicos - estes entendidos como **oscilações nos níveis gerais de produto, emprego, renda (PIB) e nível geral de preços (inflação)**.



Obs: a fim de que o resumo não fique excessivamente grande, esse tema é tratado na parte de Macroeconomia.

DÉFICIT E DÍVIDA PÚBLICA

CONCEITOS

Conceitos Matemáticos:

- Carga Tributária Bruta (CTB) = TOTAL de tributos arrecadados (fonte primária de financiamento do Gov.)
- Carga Tributária Líquida (CTL) = CTB – Transf. do Governo
- Poupança do Governo = CTL – Gastos **Correntes**
- Déficit / Superávit = Poupança do Governo – Gastos de **Capital** (investimentos)

Poupança do Governo: capacidade de **investimento** (gastos de capital) do governo, sem pressionar outras fontes de financiamento (o que sobrou para que eu possa investir?)

Déficit: é o excesso de gastos sobre a arrecadação. **DÉFICIT é uma variável fluxo**. Uma vez que os tributos não tenham sido suficientes para cobrir os gastos do governo, há **necessidade de financiamento do déficit** gerado pelo governo, sendo as principais:

	<u>Emissão de Moeda:</u> Bacen, via Casa da Moeda, emite moeda e a entrega ao Tesouro Nacional (= venda de títulos públicos ao Bacen)	<u>Venda Títulos Públicos:</u> venda ao setor privado (interno ou externo). Transferência da poupança privada para poupança do setor público.
Ponto Positivo	NÃO aumenta endividamento	NÃO aumenta inflação
Ponto Negativo	Aumenta inflação	Aumenta endividamento

Dívida: é o acumulado de déficits (passivo). **DÍVIDA é uma variável estoque**, ou seja, acumula-se ao longo do tempo.

NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO NÃO FINANCEIRO (NFSP)

MEDIÇÃO ACIMA DA LINHA X ABAIXO DA LINHA

Acima da Linha: apura o resultado fiscal pela diferença entre **FLUXOS (déficits)**, o que permite melhor acompanhamento da execução orçamentária pelo **controle das receitas e despesas**. Ex:

<u>Receitas</u> = 360	<u>Despesas</u> = 400	<u>Resultado</u>
(+) IPI 250	(-) Salários 300	Resultado = 360 – 400
(+) PIS / Cofins 10	(-) Fornecedores 80	Resultado / Déficit = (40)
(+) IRPF 100	(-) Aluguéis 20	

Abaixo da Linha: **VARIAÇÃO da DÍVIDA líquida total** (interna e externa), isto é, **parte dos saldos de dívida pública** para obter as NFSP. Aqui **não interessa com o que se gastou nem de onde vem o dinheiro**. Esse é o método calculado pelo Bacen e **utilizado para a União**.

NFSP segundo o critério Acima da Linha

Resultado Nominal ou Total (RN): a diferença entre o fluxo agregado de receitas totais (exceto de aplicações financeiras e operações de crédito) e de despesas totais (inclusive despesas com juros), em determinado período.	$RN = Despesas\ Totais - Recei\ Totais$
Resultado Primário (RP): corresponde ao resultado nominal EXCLUÍDO os juros nominais (juros reais mais atualização monetária). Mostra o esforço FISCAL do governo .	$RP = RN - Juros\ Nominais$
Resultado Operacional (RO): corresponde ao resultado nominal excluída a parcela da correção monetária e cambial da dívida .	$RO = RN - Correção\ Monetária/Cambial$ $RO = RP + Juros\ Real$

Abaixo da Linha

(=) Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)

- + Dívida interna e externa do setor público (Gov. central + Est. + Mun. + Empresas Estatais) junto ao setor privado
- + Base monetária
- Ativos do setor público (reservas internacionais, créditos c/ setor privado e valor das privatizações)

Resultado Nominal <i>sem desvalorização cambial</i> (RNSDC): é o resultado nominal, deduzidos os ajustes patrimoniais (AP) . Exclui, ainda, o impacto da variação cambial (VC) sobre a dívida externa e sobre a dívida mobiliária interna indexada a moeda estrangeira (ajuste metodológico). Abrange o componente de atualização monetária da dívida, os juros reais e o resultado fiscal primário.	$RNSDC = \Delta DLSP - AP - V'$
Resultado Nominal <i>com desvalorização cambial</i> (RNCDC): conceito é idêntico ao de RNSDC, porém não exclui a VC da dívida INTERNA indexada (sublinhado em vermelho)	$RNSDC = \Delta DLSP - AP - V''$
Resultado Nominal ou Total (RN): será sempre igual à variação da dívida fiscal líquida (DFL)	$RN = \Delta(DLSP - AP) = \Delta DFL$
Resultado Operacional (RO): é a variação da DFL excluída a correção monetária da dívida (=imposto inflacionário)	$RO = RN - Correção\ Monetária$
Resultado Primário (RP): é a variação da DFL excluída a correção monetária da dívida (=imposto inflacionário) e os juros reais .	$RP = RO - Juros\ Reais$

REGIME DE CAIXA E COMPETÊNCIA

- **Resultados PRIMÁRIOS** são contabilizados pelo regime de **CAIXA**;
- **Resultados NOMINAIS** são contabilizados pelo regime de **HÍBRIDO**, pois os juros são regime de competência e as receitas e despesas não financeiras são regime de caixa;

HIPÓTESES TEÓRICAS DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS

Lei de Wagner: à medida que CRESCE o nível de RENDA em países INDUSTRIALIZADOS, os gastos do setor PÚBLICO CRESCEM sempre a TAXAS mais ELEVADAS. Wagner aponta 3 causas para isso:

- 1) um aumento relativo dos custos com administração pública, a garantia da lei e da ordem e os elementos reguladores numa sociedade que se industrializa;
- 2) a industrialização seria acompanhada pela formação de oligopólios e monopólios, os quais exigiriam um grau maior de controle estatal, o que significaria também um aumento das despesas correspondentes.
- 3) bens e serviços oferecidos pelo Estado nas áreas de cultura e bem-estar teriam uma elasticidade na renda da demanda maior do que a unidade. Assim, na medida em que a renda aumentasse, a demanda por tais bens e serviços aumentaria mais do que proporcionalmente, pressionando os gastos públicos. Matematicamente:

$$\frac{\Delta \text{despesa pública}}{\Delta \text{renda nacional}} > 1$$

EXTRA – EXERCÍCIOS (TEC)



São questões de várias bancas (basta excluir das questões as bancas que não te interessam) e níveis (questões simples às complexas). Complemente esse caderno com questões que você já selecionou como favoritas / importantes, para revisar nas semanas anteriores à prova.

Macroeconomia: <https://tec.ec/s/Qgy5y>

Microeconomia: <https://tec.ec/s/Qgy5k>

Finanças Públicas: <https://tec.ec/s/Qgy69>